

**Universidade Federal de Minas Gerais
Departamento de Geografia**

Luís Henrique Freitas Diniz

**DISTRIBUIÇÃO E FUNCIONALIDADES
ESPACIAIS DO SETOR TERCIÁRIO NO
BRASIL 1991-2000**

**Minas Gerais - Brasil
Março/2007**

Luís Henrique Freitas Diniz

**DISTRIBUIÇÃO E FUNCIONALIDADES
ESPACIAIS DO SETOR TERCIÁRIO NO BRASIL
1991-2000**

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação
do Departamento de
Geografia da Universidade
Federal de Minas Gerais,
como requisito parcial à
obtenção do título de Mestre
em Geografia

Área de Concentração: Organização do Espaço

Orientador: Ralfo Edmundo da Silva Matos

Belo Horizonte
Departamento de Geografia da UFMG
2007

Gostaria de dedicar este trabalho e agradecer:
primeiramente a meus pais que me deram a oportunidade
primeira; em segundo lugar a meu orientador, pela paciência e
sabedoria. Sem falar de tantos outros “orientadores” que
contribuíram direta ou indiretamente,
consciente ou inconscientemente,
“nomináveis” e “inomináveis”.

Gostaria de nominar alguns:
Agradeço ao Flores, Leonardo e Samy pela confiança e o apoio.
A meus grandes amigos Daniel e Tiago que, sem saber,
me ajudaram a me manter de pé nesses tempos tão difíceis.
À Lilian pelo apoio e a paciência.
Ao Cássio pelas dúvidas e *brain storms*.
Ao Ricardo, pelos números, pelas discussões e pelos “quitutes”.
Por fim, agradeço à Universidade Federal de Minas Gerais, ao
Instituto de Geociências e à Capes, que acreditaram em mim e
me deram esta oportunidade.

Pensamentos inacabados – Assim como não apenas a idade adulta, mas também a juventude e a infância têm valor *em si*, não devendo ser estimadas tão-só como pontes e passagens, do mesmo modo têm seu valor os pensamentos inacabados. Por isso não devemos atormentar um poeta com uma sutil exegese, mas alegrarmo-nos com a incerteza de seu horizonte, como se o caminho para vários pensamentos ainda estivesse aberto. Estamos no limiar; esperamos, como a desenterrar um tesouro: como se estivesse para ocorrer um profundo achado. O poeta antecipa algo do prazer do pensador quando este encontra um pensamento capital, e assim nos faz tão ávidos que procuramos apanhá-lo; mas ele passa volteando por nossa cabeça, mostrando suas belíssimas asas de borboleta – e contudo nos escapa (NIETZSCHE, 2000 [1886]).

Em sua configuração contemporânea, o capitalismo vem passando por transformações importantes, sobre tudo ao que tange a sua divisão internacional do trabalho. Isso em um contexto em que o alto grau de integração da economia em escala global reflete, em grande medida, a revolução nas tecnologias de transporte e informação, que condicionam a própria relação espaço-tempo dos fluxos. A redução desse espaço-tempo vem causando um crescente alargamento dos contextos territoriais, e a formação de territórios-rede.

Nesse contexto as atividades terciárias ganham um papel importante na estruturação espacial da produção, o que repercute no crescimento da participação das atividades terciárias no produto e no emprego. No Brasil, isto não é diferente e, ainda que com suas especificidades, esses processos se fazem perceber na estruturação espacial das atividades terciárias.

O presente trabalho tem por objetivo avançar na discussão relativa a esse novo papel das atividades terciárias no Brasil, analisando, sobretudo suas funcionalidades e sua distribuição no território brasileiro, por meio do desenvolvimento de alguns conceitos bem como através da utilização de alguns métodos quantitativos.

Introdução.....	14
1 – Setor de serviços e reestruturação econômica.....	16
1.1 – O setor de serviços.....	16
1.2 – O processo de “terciarização”.....	18
1.3 – O setor de serviços e o processo de urbanização.....	22
1.4 – Urbanização em países desenvolvidos X urbanização em países sub-desenvolvidos.....	26
1.5 – Globalização ou glocalização?.....	28
2 – Setor terciário: tipologias, verticalidades e funcionalidades espaciais.....	39
3 – Metodologia Quantitativa.....	43
3.1 – Quociente Locacional Ajustado (QLA).....	43
3.2 – Centro Médio Ponderado (CMP).....	46
3.3 – Base de dados.....	47
4 – Distribuição, evolução e funcionalidades da rede brasileira de atividades terciárias.....	51
4.1 – O desenvolvimento recente da rede urbana brasileira.....	51
4.2 – Análise da distribuição e evolução das concentrações e verticalidades da rede brasileira de atividades terciárias.....	58
4.2.1 – A distribuição dos serviços produtivos.....	59
4.2.2 – A distribuição dos serviços distributivos.....	69
4.2.3 – A distribuição dos serviços pessoais.....	76

4.2.4 – A distribuição dos serviços sociais, coletivos e/ou de utilidade pública.....	86
Conclusões.....	93
Referências bibliográficas.....	97

TABELAS E QUADROS

Tabela 1 – Quociente Locacional, Participação Relativa do município no setor, Corretor e Quociente Locacional Ajustado dos serviços financeiros dos municípios selecionados – 2000.....	45
Tabela 2 – Participação do setor de serviços na composição do estoque de trabalhadores totais das Regiões Metropolitanas selecionadas – 1990 – 2003.....	53
Tabela 3 – Número de trabalhadores no setor industrial das Regiões Metropolitanas Selecionadas - 1990 e 2003.....	54
Tabela 4 - Número de trabalhadores no setor de serviços das Regiões Metropolitanas Selecionadas 1990 e 2003.....	55
Tabela 5 – Número de trabalhadores nas atividades terciárias superiores selecionadas, com curso superior – 1998-2003.....	57
Tabela 6 – Participação relativa dos tipos de serviços e grupos de atividade na massa salarial brasileira 1991-2000.....	59
Tabela 7 - Dez Maiores Quocientes Locacionais Ajustados dos Serviços Produtivos, dentre os municípios brasileiros – 1991 e 2000.....	60
Tabela 8 - Dez Maiores Quocientes Locacionais Ajustados dos Serviços Distributivos, dentre os municípios brasileiros – 1991 e 2000.....	70

Tabela 9 - Dez Maiores Quocientes Locacionais Ajustados dos Serviços Pessoais, dentre os municípios brasileiros – 1991 e 2000.....	77
Tabela 10 - Dez Maiores Quocientes Locacionais Ajustados dos Serviços Sociais, coletivos e/ou de Utilidade Pública, dentre os municípios brasileiros – 1991 e 2000.....	87
Quadro 1 – Classificação dos serviços produtivos em grupos de atividade.....	48
Quadro 2 – Classificação dos serviços distributivos em grupos de atividade.....	48
Quadro 3 – Classificação dos serviços pessoais em grupos de atividade.....	49
Quadro 4 – Classificação dos serviços sociais, coletivos e/ou de utilidade pública em grupos de atividade.....	50

Figura 1 – Quociente locacional ajustado dos serviços produtivos, para os municípios brasileiros – 1991-2000.....	61
Figura 2 – Quociente locacional ajustado dos serviços técnicos especializados, para os municípios brasileiros – 1991-2000.....	63
Figura 3 – Quociente locacional ajustado dos serviços financeiros, para os municípios brasileiros – 1991-2000.....	64
Figura 4 – Quociente locacional ajustado dos serviços de reparo e manutenção, para os municípios brasileiros – 1991-2000.....	64
Figura 5 – Quociente locacional ajustado dos serviços de P&D, para os municípios brasileiros – 1991-2000.....	65
Figura 6 – Quociente locacional ajustado dos serviços de informática, para os municípios brasileiros – 1991-2000.....	66
Figura 7 – Quociente locacional ajustado dos serviços de intermediação de bens, direitos e mão-de-obra, para os municípios brasileiros – 1991-2000.....	67
Figura 8 – Quociente locacional ajustado dos serviços de assessoria e consultoria, para os municípios brasileiros – 1991-2000.....	67
Figura 9 – Quociente locacional ajustado dos outros serviços produtivos, para os municípios brasileiros – 1991-2000.....	68

Figura 10 – Quociente locacional ajustado dos serviços distributivos, para os municípios brasileiros – 1991-2000.....	71
Figura 11 – Quociente locacional ajustado do comércio atacadista, para os municípios brasileiros – 1991-2000.....	71
Figura 12 – Quociente locacional ajustado do comércio varejista, para os municípios brasileiros – 1991-2000.....	73
Figura 13 – Quociente locacional ajustado dos serviços de comunicação, para os municípios brasileiros – 1991-2000.....	74
Figura 14 – Quociente locacional ajustado dos serviços de transporte, para os municípios brasileiros – 1991-2000.....	75
Figura 15 – Quociente locacional ajustado dos serviços pessoais, para os municípios brasileiros – 1991-2000.....	77
Figura 16 – Quociente locacional ajustado dos serviços de alojamento, para os municípios brasileiros – 1991-2000.....	80
Figura 17 – Quociente locacional ajustado dos serviços de alimentação, para os municípios brasileiros – 1991-2000.....	80
Figura 18 – Quociente locacional ajustado dos serviços de higiene pessoal e destreza física, para os municípios brasileiros – 1991-2000.....	81
Figura 19 – Quociente locacional ajustado dos serviços de limpeza e higienização, para os municípios brasileiros – 1991-2000.....	82
Figura 20 – Quociente locacional ajustado dos serviços de turismo, para os municípios brasileiros – 1991-2000.....	83

Figura 21 – Quociente locacional ajustado dos serviços de vigilância e segurança, para os municípios brasileiros – 1991-2000.....	84
Figura 22 – Quociente locacional ajustado dos serviços de entretenimento, para os municípios brasileiros – 1991-2000.....	84
Figura 23 – Quociente locacional ajustado dos outros serviços pessoais, para os municípios brasileiros – 1991-2000.....	85
Figura 24 – Quociente locacional ajustado dos serviços sociais, coletivos e/ou de utilidade pública, para os municípios brasileiros – 1991-2000.....	88
Figura 25 – Quociente locacional ajustado da administração pública, para os municípios brasileiros – 1991-2000.....	90
Figura 26 – Quociente locacional ajustado dos serviços sociais, para os municípios brasileiros – 1991-2000.....	90
Figura 27 – Quociente locacional ajustado dos outros serviços sociais, coletivos e/ou de utilidade pública, para os municípios brasileiros – 1991-2000.....	91
Mapa 1 – Centro Médio Ponderado do Quociente Locacional Ajustado dos Serviços Produtivos – 1991-2000.....	62
Mapa 2 – Centro Médio Ponderado do Quociente Locacional Ajustado dos Serviços Distributivos – 1991-2000.....	72
Mapa 3 – Centro Médio Ponderado do Quociente Locacional Ajustado dos Serviços Pessoais – 1991-2000.....	79

Mapa 4 – Centro Médio Ponderado do Quociente Locacional Ajustado dos Serviços Sociais, Coletivos e/ou de Utilidade Pública – 1991-2000.....89

O presente trabalho tem por objetivo caracterizar a rede de atividades terciárias brasileiras, inserindo-a na discussão relativa à reestruturação econômica, por que vem passando o Brasil, e ao contexto mundial, com o crescimento da participação do setor terciário na estrutura setorial da economia, seja do ponto de vista de emprego, seja do ponto de vista do produto.

Essas mudanças na dinâmica econômica mundial desde o último quartel do século XX e neste começo de século XXI, advêm, em grande medida, de novos padrões tecnológicos da indústria, sobretudo nas áreas informacionais e de distribuição. No cerne dessas mudanças tecnológicas estão dois setores-chave, o de telecomunicações e o de transportes, os quais caracterizam a própria relação espaço-tempo dos fluxos de mercadorias e informações. Dessa forma, essas novas tecnologias possibilitam uma diminuição das distâncias, favorecendo a formação de redes e/ou de “territórios-rede” (SANTOS, 1993). Daí a constituição de redes logísticas incumbidas de gerir os fluxos materiais e imateriais decorrentes da formação dos referidos territórios (RODRIGUES, *s.d*).

Frente a essas mudanças observa-se uma crescente integração internacional, sobretudo econômica, com as empresas funcionando em rede, através de articulações local-globais. Se por um lado as atividades econômicas tendem a se descentralizar espacialmente, principalmente em suas funções produtivas, surgem outras atividades, crescentemente concentradas, por onde se difundem atividades de acordo com o movimento tendencial de separação das funções gestoras das produtivas (FLORIDA, 1995).

Nesse contexto o setor terciário, ou setor de serviços, passa a ter grande relevância no interior das novas dinâmicas espaciais das atividades econômicas, especialmente por dar

suporte a essa nova configuração espacial, fruto do aprofundamento das relações centro-periferia em diversas escalas.

Essa nova organização da produção em escala mundial tem impactos importantes na organização do território como um todo, com impactos sobre a distribuição espacial da população e do emprego, com destaque em aspectos qualitativos, tais como qualificação e versatilidade, em termos de ocupação, bem como a crescente seletividade de certos espaços dentro do processo de organização do espaço.

No Brasil, esse processo traz impactos importantes como a expansão e ganho de “musculatura” da rede urbana brasileira, mas sobretudo em face da concentração de certas atividades de maior nível de produtividade e renda em localidades centrais, tal como o presente trabalho busca esclarecer.

Essa dissertação é composta de quatro capítulos e uma conclusão. O primeiro capítulo, *O setor de serviços e a reestruturação econômica*, trata de desenvolver a base teórica pela qual se analisará a rede terciária brasileira, contextualizando-a no processo de reestruturação econômica da indústria.

No segundo capítulo, *Setor terciário, tipologias, verticalidades e funcionalidades espaciais*, procede-se à espacialização do setor terciário, por meio do estabelecimento de algumas tipologias e a subsequente análise de seus comportamentos espaciais específicos, com destaque para suas funcionalidades e articulações espaciais.

O terceiro capítulo: *Mensuração da distribuição das atividades terciárias*, traz a metodologia utilizada para estimar a distribuição espacial das atividades terciárias no território brasileiro, através do Quociente Locacional ajustado (QLA), calculado segundo a tipologia de Browning e Singelman (1978).

Por fim, o quarto capítulo, *Distribuição e funcionalidades da rede brasileira de atividades terciárias*, estabelece a caracterização da rede de atividades terciárias no Brasil, buscando entendê-la à luz de suas funcionalidades no contexto da rede urbana como um todo.

1 O SETOR DE SERVIÇOS E A REESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA

1.1 O setor de serviços

Os serviços constituem um setor de difícil conceituação. Isso se deve, principalmente, às suas características muito heterogêneas.

A utilização do termo “serviços” aparece pela primeira vez em Fisher (1952), quando ele designa como setor de serviços aquelas atividades que se caracterizam pela não produção de bens materiais. Hill (1977), por outro lado, define duas características-chave na conceituação das atividades que compõem o setor:

- 1) a atividade de um serviço determina uma mudança na condição de uma pessoa, ou de uma mercadoria pertencente a uma unidade econômica, que ocorre com a concordância da pessoa interessada ou da unidade econômica proprietária da mercadoria;
- 2) esta mudança é resultado de uma atividade de uma outra unidade econômica (ANDRADE, 1994:5).

Riddle (1986) propõe uma definição a partir de três elementos: natureza do produto, natureza dos insumos e o propósito da atividade. A autora destaca a especificidade do setor de serviços na característica de seu produto em ser um processo ou atividade, dando-lhe o atributo de intangibilidade.

Algumas características são de suma importância para o entendimento do setor de serviços, tais quais intangibilidade, rigidez espacial, devida à sua característica de intransportabilidade¹, inestocabilidade, e simultaneidade entre produção e consumo.

¹ Embora esta seja uma característica dos serviços, não se pode defini-los em função apenas destes aspectos. “Em regra, os bens são pensados como sendo mais duráveis, mais transportáveis que os

A literatura sobre a conceituação do setor de serviços não foi capaz de elaborar uma definição ao mesmo tempo completa e objetiva do setor, contribuindo mais para a distinção entre bens e serviços. Dada esta dificuldade de conceituação este ramo de atividade acaba por ser considerado como um grupo de atividades heterogêneas que apresentam algumas características em comum.

Porém, as mudanças recentes causadas, sobretudo, por uma reestruturação produtiva inerente a um novo paradigma pós-fordista², vêm transformando o setor em um elemento dinâmico da economia, com crescente participação no produto e no emprego, o que requer uma maior atenção para com estas atividades. Por isso é crescente o número de trabalhos que abordam o tema, em sua maioria tentativas de definição, por meio de classificações e tipologias referentes a este ramo de atividade econômica. Essas análises são importantes, pois permitem a visualização de grupos homogêneos dentro do setor terciário, assim como de tendências específicas dentro do mesmo.

Browning e Singelman (1978) propuseram uma classificação que foi internacionalmente aceita. Os autores distinguem o setor de serviços em quatro grupos orientados de acordo com a demanda. Os grupos são: **serviços produtivos**, demandados por outras empresas no decorrer de seu processo produtivo, tal qual um insumo; **serviços distributivos**, demandados, também, por empresas, porém posteriormente ao processo produtivo, fazendo a articulação entre processo produtivo e mercado consumidor³; **serviços sociais**, ligados à demanda final, porém voltados a demandas coletivas; e **serviços pessoais**, de demanda final e individual. Essa classificação é importante, na medida que permite visualizar a articulação inter-setorial das atividades terciárias, bem como sua funcionalidade. Os setores de serviços produtivos e distributivos aparecem como complementares ao processo produtivo, encadeados ora à montante, no caso dos serviços produtivos, ora à jusante, no caso de serviços distributivos. Introduzem maior dinamismo ao processo produtivo, ao garantir melhor

serviços. Porém, programas de *softwares* para computadores são tanto duráveis quanto transportáveis. Alguns serviços ao produtor, como auxílio temporário ou conservação de edifícios não são duráveis nem transportáveis. Outros serviços como os serviços de consultoria legal, de engenharia e administração são transportáveis via telecomunicações e via aérea.” In: Tschetter (1987), citado por Andrade (1994:7)

² Tal como será melhor explicitado no decorrer deste capítulo.

³ Grande parte destas atividades relacionam-se à estruturação de um sistema logístico, impulsionado pelo desenvolvimento das telecomunicações e pela crescente integração dos territórios.

gerenciamento e centralização de informações, mediante sistemas ágeis de comunicação, maiores condições de crédito e financiamento, e um sistema de distribuição, que permite “conexão” imediata com a economia global (DINIZ, 1995).

1.2 O processo de “terciarização”

O capitalismo, em sua configuração contemporânea, vem passando por mudanças estruturais importantes, a partir das quais o setor de serviços tem ocupado posição estratégica na nova dinâmica da economia, particularmente nas grandes metrópoles. Essa posição de destaque reflete diretamente na geração de produto, e na estrutura ocupacional.

Esse processo incitou importantes discussões, relativas ao crescimento do setor terciário na participação no produto e no emprego, bem como em sua funcionalidade diante da nova dinâmica da economia capitalista, o que faz surgir novas correntes em busca de uma explicação para o fenômeno.

Uma delas foi a corrente pós-industrialista derivada, principalmente, dos estudos de Fisher (1952) e Clark (1960). Essa corrente propunha uma dinâmica de etapas de desenvolvimento partindo do setor agrícola, passando pelo setor industrial, e posteriormente pelo setor de serviços, com evolução do grau de complexidade da estrutura produtiva.

Na concepção pós-industrialista o setor de serviços era o resultado da constituição de uma “sociedade de consumo de massa”, o que atrelava o crescimento do setor de serviços como um todo, ao crescimento do consumo de serviços finais. A idéia é que o crescimento destas atividades estaria vinculado, por um lado, à alta elasticidade-renda da demanda, segundo a “lei de Engel”, pela qual em etapas avançadas de desenvolvimento econômico, a demanda por serviços finais seria maior que a de bens manufaturados (já que estes seriam bens superiores, tendo assim impacto sobre o produto do setor). Por outro lado, o aumento da participação do setor terciário na

ocupação seria reflexo do *gap* de produtividade entre a indústria e o setor de serviços⁴, que combinado ao crescimento relativo de demanda por estes serviços, levaria a uma absorção de mão-de-obra de outros setores (ANDRADE, 1994).

O argumento pós-industrialista acaba por se mostrar falho à medida que o diferencial de produtividade, um dos pontos centrais de sua análise, faria com que a médio e a longo prazo, os preços desses serviços fossem relativamente crescentes, o que combinado com uma alta elasticidade-renda da demanda teria impactos negativos sobre esse setor. Além disso a corrente pós-industrialista, não dava conta das verdadeiras mudanças que estavam ocorrendo na sociedade. Não se tratava de um novo paradigma produtivo centrado no setor de serviços, mas sim de um processo de reestruturação da produção industrial, no qual o setor de serviços passa a ter grande importância na estrutura produtiva. Assim o argumento de que o setor dinâmico das atividades terciárias estaria atrelado ao consumo final torna-se improcedente, como é argumentado por Gershuny e Miles, segundo afirmam Dedecca e Montagner (1992).

O ponto central da crítica aos pós-industrialistas refere-se à atual impossibilidade de compreender o crescimento do terciário desconectado das transformações industriais promovidas pela incorporação de novas tecnologias. O ritmo e a própria criação de novas atividades terciárias estão determinados pela capacidade de modernização dos setores produtores de bens, em particular na indústria de transformação, através da incorporação e difusão de novas tecnologias. Nesse sentido perde a importância a hipótese de que os serviços cresceram atrelados ao consumo final (DEDECCA e MONTAGNER, 1992, apud ANDRADE, 1994:10).

Assim, ao contrário do defendido pelos pós-industrialistas o setor dinâmico das atividades terciárias, responsável pelo crescimento de sua participação no produto é aquele ligado à demanda industrial, no que ganha importância os serviços produtivos.

Cohen e Zysman (1987) argumentam que no estágio atual do capitalismo o que ocorre não é uma substituição setorial de indústria por serviços, mas sim, uma reestruturação do setor industrial, a partir da qual, o setor de serviços passa a ter uma importante

⁴ Gershuny e Miles (1983) analisam mais de perto esta questão do *gap* de produtividade, através da análise da evolução de seus preços relativos e de sua participação acabando por reiterar esse diferencial.

relação de complementaridade, expressa pelo crescimento de atividades tais como serviços financeiros, de consultoria, terciarização, dentre outros.

Está em curso a revolução microeletrônica, envolvendo novas formas de automação e robótica. Multiplicam-se e intensificam-se as possibilidades de racionalização do processo produtivo. Criam-se novas especializações e alteram-se as condições de articulação entre as forças produtivas, bem como do trabalho intelectual e manual. O operário, o técnico e o engenheiro são postos em novas relações recíprocas e contínuas, diversificadas e inovadoras, no âmbito do processo produtivo. Diferentemente das megatecnologias do período industrialista, que se tornavam obstáculos ao desenvolvimento descentralizado, enraizadas em suas comunidades de base, a automação é ela mesma ambivalente. Enquanto que as megatecnologias eram tecnologias rígidas, a microeletrônica é uma tecnologia-encruzilhada: não impede nem impõe um tipo de desenvolvimento. Diferentemente da eletronuclear ou da indústria espacial, ela pode servir tanto à hipercentralização como à autogestão, ou à centralização auto-gestionadas (GORZ, 1983:67).

Outra visão importante para o entendimento do crescimento do setor terciário, que refere-se mais especificamente ao período compreendido entre as décadas de 60 e 70, em países de industrialização tardia, sobretudo na América Latina, é a visão da escola estruturalista latino-americana, a “escola cepalina”. Ela atribui o alargamento da participação destas atividades à sua funcionalidade enquanto absorvedor de mão-de-obra não qualificada, proveniente do êxodo rural e do elevado crescimento demográfico, conseqüência de um processo de industrialização e urbanização tardios. Apesar de ser uma visão datada, chama a atenção para a questão da funcionalidade, e da relativa à acomodação da mão-de-obra de baixa qualificação, agora urbana, precariamente inserida no mercado formal, crescentemente seletivo.

O setor terciário ainda possui, conforme expõe Andrade (1994), componentes de “atraso”, relacionados à atividades de baixa produtividade e à sua funcionalidade derivada da absorção de mão-de-obra excedente.

Assim, pode-se encontrar no terciário setores que abrigam os excluídos do mercado de trabalho formal, em atividades de baixa qualificação, e por conseqüência baixos rendimentos, pertencentes à chamada “economia informal”. Em seu processo de

formação do espaço, o capital desenvolve núcleos de reprodução pura e simples da força de trabalho, para acomodar a mão-de-obra excedente, excluída ou precariamente inserida no circuito econômico organizado.

Com isso faz-se necessário distinguir dois movimentos possíveis quanto às expansões do terciário em países não desenvolvidos: um ligado ao circuito organizado da economia e conectado à dinâmica produtiva, e outro ligado à precarização do mercado de trabalho, com inchamento dos serviços atrasados de menor produtividade e menores rendimentos, conferindo ao setor terciário uma conotação “dual”, tal como coloca Andrade (1994).

Por um lado, um setor de serviços ‘atrasados’, que apresenta uma dinâmica própria e teve sua origem no processo de urbanização e desenvolvimento desses países, mas que vem exercendo um papel de funcionalidade importante como absorvedor de mão-de-obra. (...) Por outro lado, um setor de serviços ‘modernos’ integrados com a indústria de transformação, que tem sua dinâmica atrelada à dinâmica do segmento hegemônico e vem, recentemente adquirindo um papel relevante no processo produtivo, vis-à-vis a reestruturação produtiva que vem ocorrendo principalmente a partir dos anos 80 (ANDRADE, 1994:13).

Dois segmentos principais se destacam no setor de serviços, um inserido no processo de modernização e reestruturação da indústria, que se beneficia do transbordamento tecnológico da mesma, com níveis de produtividade maiores que a média dos serviços em geral; e outro com o importante papel de acomodação da mão-de-obra excluída dos segmentos organizados da economia⁵, o que, em certa medida, explica o diferencial de produtividade entre a indústria e os serviços, vistos agregadamente.

⁵ É importante ter em vista que essa caracterização do terciário em dois núcleos é, em certa medida, arbitrária, já que o que se observa é uma gama de serviços em que essas duas tendências se entrelaçam. Muitas destas atividades são de difícil distinção, de forma que a caracterização tem uma função meramente analítica.

1.3 O setor de serviços e o processo de urbanização

O crescimento do setor de serviços tem forte relação com a urbanização. Para Lemos (1988) o processo de urbanização se confunde com o processo de centralização e concentração dos serviços, sendo reflexo da dinâmica capitalista de reprodução do capital no espaço. Assim, no contexto do processo de industrialização, este necessitava da formação de um complexo de serviços capazes de fornecer os insumos básicos à reprodução da força de trabalho, ao mesmo tempo que sua formação concentrada fornecia escala para a indústria, em termos de mercado.

A lógica de reprodução do capital no setor terciário, conduz à concentração e à centralização das atividades terciárias fazendo surgir centros urbanos (ANDRADE, 1994:15).

Para entender essa idéia deve-se partir de uma característica fundamental das atividades terciárias, que é sua restrição espacial, conseqüência de sua intransportabilidade. Assim o seu desenvolvimento leva necessariamente a sua concentração nas cidades. O esquema de reprodução dessa atividade só pode ocorrer em função de ganhos de escala em sua ocorrência, o que leva à constituição de um complexo de serviços complementares.

Com o avanço de tecnologias de comunicação e transporte, refletidos na estruturação de redes logísticas, a influenciar nas relações tempo-espaço, e portanto a própria flexibilidade espacial das atividades, a rede urbana se alastra, e formam-se nódulos hierarquizados, polarizados por grandes cidades. As indústrias são expulsas dos centros para as periferias, buscando reduzir suas deseconomias de escala, bem como crescentes custos de oportunidade por manter terrenos centrais extremamente valorizados.

Urbanização é mais do que o resultado da migração rural. Ela implica a formação de redes urbanas fortemente polarizadas por grandes cidades ao redor das quais se formam áreas metropolitanas, e os núcleos destas áreas, por mais estranho que pareça, não são constituídos por concentrações industriais, mas por complexos de serviços. Na configuração típica, o centro metropolitano é formado por um conjunto de serviços de controle ao redor dos quais se

organiza outros serviços que atendem às necessidades da população. A grande indústria tende a se afastar do centro metropolitano, localizando-se em sua periferia, em geral ao longo dos eixos de comunicação. O que hoje em dia organiza a aglomeração urbana é sem dúvida o complexo de serviços que constitui a sua razão de ser (LEMOS, 1988: 227).

Dessa maneira a organização do espaço se dá de modo a favorecer a dinâmica produtiva em grandes áreas urbanas, facilitando o ciclo produtivo, através dos serviços relacionados à gestão da produção, à reprodução da força de trabalho e a distribuição da produção.

Para melhor compreender a formação das redes urbanas e a localização das atividades econômicas em seu território, sobretudo as atividades terciárias, deve-se primeiro entender a influência dos aspectos aglomerativos e desaglomerativos inerentes à localização de atividades econômicas na rede urbana.

As primeiras tentativas de análise de localização de atividades econômicas já estão implícitas na obra de Von Thünen ([1826], 1966), com a utilização das zonas concêntricas, quando chamava a atenção para a escala decrescente dos valores da terra a partir do centro da cidade e as funções de uso da terra daí decorrentes, fatores também observados por Haig (1920). Isso se explica pela diferenciação da acessibilidade a bens e serviços, bem como pela proximidade dos mercados da cidade, ou das cidades, da rede urbana. Desta forma o aluguel varia em razão direta à acessibilidade. Assim seguindo o raciocínio suscitado por Haig (1920), toda atividade econômica apresenta certa “utilidade” relativa a um pedaço de terra. Essa “utilidade” refletiria o preço que o agente está disposto a pagar por esse terreno, de forma que quanto maior a utilidade, maior o preço. Assim, em condições competitivas, a variação do preço da terra assegura, a longo prazo, uma distribuição ótima dos terrenos em função de sua utilidade para os diversos agentes.

Von Thünen ([1826], 1954), através de sua análise da agricultura, chamava a atenção para aspectos desaglomerativos dos centros urbanos. Para isso ele pressupunha custo de transporte unitário e produto físico fixo por unidade territorial, de forma que quanto maior fosse a demanda maior seria a expansão das terras utilizadas para a produção.

Desta forma quanto mais perto do centro maior será a renda da terra derivada dos menores custos de transporte, o que pressiona o custo de oportunidade de se possuir o terreno, já que esses terrenos terão alto valor de troca, determinando uma maior racionalização de seu uso.

Se pensarmos na convivência de diversas atividades econômicas nesse centro urbano é natural que se concentrem no centro as atividades que tenham um uso mais intensivo do solo e um maior custo de transporte, enquanto que atividades com uso mais extensivo do solo e/ou menor custo de transporte irão se localizar em regiões periféricas da rede urbana. Assim desenvolve-se um esquema de hierarquização das atividades econômicas ao redor de um “centro”, de acordo com as características específicas de cada atividade.

Seguindo o raciocínio aglomerativo e desaglomerativo, é possível inferir que os serviços serão mais concentrados e centralizados à medida que possuam uma restrição espacial, difícil transportabilidade, devendo localizar-se perto de seus mercados, e são intensivos quanto ao uso do solo (ocupam menos espaço). Os serviços ainda dependem da estrutura oferecida por outros serviços complementares, intensificando a concentração e denotando a estreita relação entre a escala das empresas de serviços e a escala urbana, tal como nos chama a atenção Domingues *et al* (2006):

Em razão da pequena capacidade de transportabilidade dos serviços, parte substantiva da área de mercado das empresas de serviços é o próprio centro urbano em que se localizam. Nesse sentido, o surgimento e a localização de empresas de grande porte fornecedoras de serviços tende a ser restrita aos grandes centros urbanos, cuja demanda local é suficiente para viabilizar a maior escala de operação. Os centros de menor porte podem possuir escala urbana para abrigar empresas de serviços produtivas e eficientes, mas não o suficiente para abrigar empresas de maior porte (DOMINGUES, RUIZ, MORO e LEMOS, 2006: 217).

Assim chega-se a uma distribuição espacial conforme a desenvolvida por Christaller (1933), que propõe uma rede hierarquizada de cidades, de acordo com as escalas de oferta de serviços (estas em função de sua estrutura de demanda), de forma que os centros ofertantes mais abrangentes espacialmente atendem à demanda de outras regiões, que por sua vez ofertam para outras localidades menores, formando assim uma rede de relações econômicas espacialmente hierarquizadas, em função da tecnologia

própria à oferta de serviços, sobretudo aqueles que Christaler nomeia como “Serviços Superiores”. As relações se dariam através de um lugar central capaz de ofertar bens e serviços para suas regiões vizinhas. O modelo de Christaler se mostra primordial, por fundamentar a concepção da rede de cidades, concepção amplamente utilizada ainda hoje para o entendimento da distribuição das cidades pelo território. Noyelle, por exemplo, ao analisar a questão da rede de cidades, propõe uma hierarquia das cidades baseada em uma classificação do sistema urbano em quatro tipos de cidade: centros de serviços avançados diversificados, centros de serviços avançados especializados, centros de produção e centros orientados para o consumo. Assim sendo, a reestruturação do papel do terciário no processo produtivo, através de sua crescente integração com a indústria, insere-se em uma reestruturação espacial mais ampla, em uma nova divisão espacial do trabalho.

Desta forma, a função primordial da centralidade é ofertar bens e serviços para suas regiões complementares, bens e serviços centrais, como comércio atacadista e varejista, serviços bancários, organizações de negócios, serviços profissionais, serviços administrativos, além de serviços tais como o de educação e diversão. Desta forma a teoria do lugar central afirma que a região central cresce levando a uma expansão mais do que proporcional na demanda de bens e serviços centrais, e portanto da renda líquida recebida pelos habitantes da cidade empregados em seu fornecimento, aumentando o seu potencial enquanto mercado consumidor e sua área de influência.

Nos países subdesenvolvidos esse crescimento teve sérias implicações, refletindo no crescimento rápido e desordenado das áreas urbanas, exacerbado pelo êxodo rural, o que levou ao surgimento de um contingente de mão-de-obra excedente nas cidades e conseqüentemente a uma precarização do mercado de trabalho. A questão da precarização do trabalho refletida no inchaço do terciário é assunto que será discutido na próxima sessão.

1.4 Urbanização em países desenvolvidos x urbanização em países subdesenvolvidos

Para análise do setor de serviços é importante se distinguir a urbanização ocorrida nos países desenvolvidos, da ocorrida nos países sub-desenvolvidos, ou em desenvolvimento.

Nos países desenvolvidos o processo de urbanização se deu em consequência das necessidades criadas pela industrialização. Neles a estrutura ocupacional é resultado de mudanças tecnológicas e do próprio fenômeno de urbanização que se desdobram ao longo de um intervalo de tempo bem mais longo que nos países não desenvolvidos.

Nos países subdesenvolvidos o desenvolvimento do setor terciário tem forte influência com fatores demográficos, tais como êxodo rural e alta taxa de fecundidade. Assim, nesses países, em sua fase inicial de desenvolvimento, o inchamento do terciário, em relação à estrutura ocupacional, não pode ser interpretado como estágio avançado de urbanização. Neste caso a alta participação dos serviços no emprego é decorrência de dois fatores: a característica de baixa produtividade inerente a este setor, combinada à formação de uma população “marginalizada” nas cidades. Como consequência, esta ocupação é associada a uma população com baixo nível de escolaridade e de rendimento, exercendo atividades marginalmente inseridas no contexto formal da economia.

A partir das décadas dos 70 e 80, a estrutura do setor de serviços apresenta mudanças tanto nos países desenvolvidos como nos em desenvolvimento. A dinâmica do setor de serviços ganha importância, reflexo do fortalecimento das relações inter-setoriais entre a indústria e o setor terciário.

A expansão das atividades terciárias reflete o crescimento da divisão do trabalho, em um novo paradigma produtivo de bases mais estritamente científicas. Paralelamente à difusão da microeletrônica na estrutura produtiva, a reestruturação do papel dos serviços na dinâmica industrial gerou impactos profundos sobre a estrutura espacial internacional e regional.

É importante frisarmos o papel das inovações tecnológicas que interagem com o crescimento dos serviços avançados, determinando mudanças na estrutura produtiva e ocupacional e na distribuição espacial das atividades econômicas. Em termos de demanda final, a tendência marcante é a diferenciação de produtos e serviços refletindo altos níveis de renda e mudanças de hábito. A difusão da microeletrônica, combinada com os serviços avançados permite mudanças na produção de manufatura, no gerenciamento de pessoal, escoamento da produção, desenvolvimento do produto, propaganda, etc... , determinando mudanças nas plantas de produção, que tendem a se localizar em subúrbios, zonas periféricas e zonas rurais. Isto confirma o argumento de Saskia Sassen sobre a descentralização espacial acompanhada de uma integração global por parte do controle da produção (ANDRADE, 1994: 18).

Os centros urbanos capazes de oferecer serviços avançados passam a ser atores-chave do processo de industrialização. Eles passam a ter função imprescindível no gerenciamento internacional da produção, bem como no processo de difusão tecnológica. “A organização e a expansão da produção são resultado de um processo internacionalizado de relações econômicas estabelecidas através dos serviços avançados” (ANDRADE, 1994:17), de forma que o setor terciário passa a ter cada vez mais uma função indutora do desenvolvimento, conforme nos chama a atenção Kon (2003).

Na atualidade, a reestruturação da composição em economias de diferentes níveis de desenvolvimento, é associada à velocidade e ao grau de inovação tecnológica nos processos produtivos e organizacionais, principalmente ligados ao setor de serviços, particularmente no campo da telemática e outros processos de telecomunicações, serviços de informática, relacionados à transferência de informação e conhecimento além dos serviços financeiros de apoio à produção e ao consumo (KON, 2003: 1).

Assim os serviços passam a ter função primordial na nova estruturação urbana, tal como descrito por Domingues *et al* (2006):

O papel dos serviços no processo de desenvolvimento regional está ligado às características de localização e de aglomeração dessa

atividade. À localização essencialmente urbana dessas atividades soma-se seu papel como potencializador do impacto sobre pólos de crescimento, isto é, sobre as atividades que lideram a determinação dos padrões de expansão em âmbito nacional (DOMINGUES, RUIZ, MORO e LEMOS, 2006: 195).

Contribuindo para a estruturação de uma rede hierárquica de cidades, Saskia Sassen (1991) nos diz que, as cidades globais seriam pontos de comando da organização da produção, possíveis graças à centralização de serviços avançados nessas metrópoles, mediante controle transnacional das firmas. As novas tecnologias derivadas da microeletrônica, sobretudo na área de informação e comunicação, as NTIC, permitem centralizar a organização da produção simultaneamente à dispersão espacial da produção.

Esse processo tem forte impacto sobre a demanda por mão-de-obra, particularmente sobre a mão-de-obra qualificada, “criativa” (FLORIDA, 2005), sobretudo no contexto das metrópoles, e dessa forma alterando a divisão espacial do trabalho.

O padrão flexível de organização da produção modifica as condições sociais e técnicas de organização do trabalho, torna o trabalhador polivalente, abre perspectivas de mobilidade social vertical e horizontal, acima e abaixo, mas também intensifica a tecnificação da força produtiva do trabalho, potenciando-a. O trabalhador é levado a ajustar-se às novas exigências da produção de mercadoria e excedente, lucro ou mais-valia. Em última instância, o que comanda a flexibilização do trabalho e do trabalhador é um novo padrão de racionalidade do processo de reprodução ampliada do capital, lançado em escala global. (IANNI, 2001:129).

1.5 Globalização ou Glocalização?

Essas mudanças tecnológicas, advindas, sobretudo, das tecnologias da informação, bem como da crescente integração internacional, levaram a se acreditar no desenraizamento das atividades econômicas do território, transformando as mesmas em meros fluxos de

recursos de um lado para outro do espaço de produção e de mercado gradualmente acessível.

Para Storper (1994), apesar de diversas atividades apresentarem uma crescente flexibilidade espacial, sobretudo aquelas relacionadas a atividades com baixo grau relativo de capital fixo, não dependente de mão de obra altamente qualificada mas dependentes de insumos, o núcleo da economia continua altamente territorializado.

Várias atividades se desenraizaram, conseqüência da generalização das áreas de mercado (política e economicamente induzidas), da crescente eficiência da infraestrutura de transportes, dos avanços tecnológicos na área das telecomunicações e transmissão de informações, bem como do desenvolvimento de áreas diversas com capacidades econômicas e sociais básicas. Porém a internacionalização não necessariamente está eliminando a territorialização, ao contrário ela pode estar se adequando a ela (STORPER, 1994).

Atividades produtivas-chave, as de maior conteúdo de especialização, conhecimento e tecnologia, ao contrário, demonstram uma crescente concentração em territórios centrais, porém cada vez mais inseridas em redes de relacionamento com outras regiões centrais e em células desterritorializadas de seus sistemas de produção e *marketing*, o que dá posição de destaque ao sistema logístico, responsável pela gestão dos fluxos que perpassam todo este processo.

Com a integração da produção em escala global, a logística passa a ocupar posição de destaque, cabendo às operadoras logísticas, segundo Gerardo Silva (2003), o planejamento dos fluxos industriais e comerciais atrelados, dentre outros fatores, aos requerimentos normativos dos processos de fabricação e a adaptação dos produtos e padrões de entrega solicitados pelo cliente (RODRIGUES, *s.d*:14).

Assim, a logística ganha importância pela crescente integração do(s) território(s), mas também, à medida que crescem os relacionamentos inter-firmas, sobretudo os inter-setoriais.

O ganho de importância do sistema logístico reflete, em certa medida, a reafirmação do território, e das territorialidades, na medida em que depende da:

(...) existência de pontos intermediários de concentração de cargas, armazenamento e acondicionamento de mercadorias – portos secos, armazéns de mercadorias em trânsito, entrepostos comerciais, retroportos, etc – e de operadores modais, operadores logísticos internacionais e trabalhadores especializados, além de uma rede de serviços econômicos e financeiros, públicos e privados (...) estradas, ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos passam a ser vistos como elementos catalisadores dos novos arranjos produtivos, indutores de crescimento (RODRIGUES, *s.d.*).

Denotando a manutenção da dependência a fatores espaciais por parte da organização produtiva.

Dessa forma, tanto as atividades territorializadas como as desterritorializadas, dão origem a sistemas de produção de localização globalizada, sugerindo o termo “glocalizado”. É através dessas atividades territorializadas que se dão as articulações locais-globais, de forma que as forças-chave e propulsoras na economia global são, assim, as partes dos sistemas de produção territorializadas (STORPER , 1994).

A globalização não elimina os contextos sociais e institucionais locais. Ao contrário, reforça a importância dos tecidos locais. Estabelecem-se duas naturezas de competição e relações: a) fortes (técnicas e de mercado), na qual o processo de inovação é central e, b) fracas (identidade, atmosfera, interações, cultura industrial etc.). Na confluência destas duas dimensões ou conceitos insere-se a dimensão local como relação das empresas com o espaço, sendo que a organização local torna-se componente estrutural de um processo de natureza global. O nexos global-local como relação de poder e o empresário como fator de globalização e ator local na dialética global-local. Global-local como cultura de complexidade, fundamentada na dimensão ecológica, sistêmica e de conhecimento evolutivo. Ecológica como fundamento epistemológico e categoria de integração para o estudo do sistema social e sua relação com o meio ambiente. Sistêmico como princípio de interação e reciprocidade entre o todo e suas partes. De conhecimento evolutivo no sentido da cumulatividade, irreversibilidade e imprevisibilidade em uma combinação de tempo, espaço e subjetividade. Embora o global estabeleça um espaço de fluxos que amarra diferentes e mutáveis sistemas locais, não há redutibilidade entre o local e o global, no sentido de que nem o todo pode ser quebrado ou dividido

em partes nem a soma das partes reconstitui o todo, pois são autoorganizativos e portanto não desmembráveis. (DINIZ, 2000: 4).

Essa territorialização se dá, sobretudo, através de três forças causais: a) As economias de aglomeração; b) excedentes e interdependências organizacionais, que se desenvolvem em contextos locais específicos, e que condicionam o aprendizado tecnológico por organizações e agentes mais especializados, bem como através de esquemas de ações partilhados, o que Storper e Venables (2005) chamam de “o burburinho” da cidade; e por fim, o que de certa forma une os outros dois fatores é que c) a interação entre os atores e estruturas institucionais são a base de formas de coordenação econômica específicas de um lugar. Essas interdependências e relacionamentos, muitas vezes, são de difícil identificação à medida que são relações, em grande parte, não comerciais (STORPER, 1994) e de tal forma dificilmente mensuráveis.

Esses centros territorializados são o núcleo do desenvolvimento tecnológico, o que dá sua condição de centralidade. O desenvolvimento tecnológico é feito em localizações-base, em um ambiente de produção territorialmente concentrado, sendo consequência desse ambiente. Esses centros só podem se desenvolver combinando um ambiente de produção territorialmente concentrado, com centros de pesquisa e desenvolvimento e mão-de-obra altamente qualificada e especializada. Segundo Storper, esses são “distritos de tecnologia”, que crescem acima da média das economias avançadas em geral, e cuja composição de suas atividades econômicas é favorecida por grandes proporções de emprego com altos salários e alto valor agregado, são responsáveis por grandes proporções das exportações das economias avançadas.

Nesse sentido, a especialização está fortemente ligada à territorialização e à especialização de exportação, e não à dinâmica das fábricas diversificadas ou ao fluxo desenraizado de capital ou de bens (STORPER, 1994:20).

Esses distritos tecnológicos fazem a articulação local-global e funcionam como nodos de uma Rede Transfronteiriça (RTF) de cidades (MATTOS, 2004), possibilitando a

formação, expansão e integração de um amplo número de empresas operando em rede. Este processo originou a formação de um espaço mundial de acumulação, em que inúmeras empresas-rede valorizam seus capitais em um crescente número de atividades e territórios.

Esses nodos das RTF dispersaram-se pelo território, mas apenas para locais capazes de atender suas exigências: disponibilidade de sistemas de informação e comunicação capazes de permitir contato instantâneo com o meio global; oferta diversificada e eficiente de serviços avançados especializados; contingentes amplos e qualificados de recursos humanos; ambiente de difusão tecnológica; tecido produtivo amplo e diversificado; e mercado capaz de garantir o acesso a uma demanda solvente também ampla, diversificada e em expansão. Dessa forma, a RTF se dispersa para cidades com características metropolitanas, lócus por excelência das relações sociais e econômicas mais intensas (PANIZZI, 1990), surgindo as Áreas Metropolitanas Principais (AMP's). Dessa forma se desenvolve um crescimento de áreas metropolitanas diversas, em uma dinâmica de “desconcentração concentrada”, o que dá maior “musculatura” às redes urbanas. Essas cidades-nodos passaram a ser elementos essenciais para a nova dinâmica capitalista, pois a organização e articulação dessas cidades numa rede global possibilita a otimização da valorização do capital.

Por esse raciocínio, essas cidades passam de fato a abrigar serviços produtivos avançados de controle da produção que permitem a difusão de tecnologias de todos os tipos, desde a implantação de novos processos de produção, até as formas de capitalização ou articulação institucional, as quais favoreçam a maior produtividade e conseqüentemente a valorização do capital, e que possibilitem as práticas de “gestão do território” (CORRÊA, 1992).

A gestão do território é definida por Corrêa (1992) como um conjunto de práticas que visam o controle da organização do espaço que permita a reprodução e expansão das relações que definem um dado território. Através da gestão do território, o mesmo se fragmenta em diversas regiões, que progressivamente vão adquirindo maior conteúdo funcional, de acordo com o avanço tecnológico, de tal forma que através de seus arranjos e rearranjos, a gestão acaba por criar diferenciações espaciais. Esse desmembramento do território econômico, e a conseqüente flexibilidade espacial dos

arranjos produtivos, foi possibilitado, em grande medida, pela mudança da divisão técnica do trabalho, antes típica do ambiente intra-fábrica, agora articulada espacialmente em rede, através de atividades, agora, terciárias.

Porém a crescente integração das relações sociais em redes, com relações ora verticais, ora horizontais, aumenta sobremaneira a complexidade das relações, e como tal o nível de incerteza relacionado ao sistema produtivo como um todo, razão pela qual, à medida que a tecnologia permite a dispersão espacial ela requer uma gestão espacial altamente centralizada, evocando a figura dos centros decisórios, espaços de irradiação político-tecnológica, “produtores de idéias”, de matrizes tecnológicas de onde emergem bases para fluxos informacionais ao mesmo tempo universalistas, mas adaptáveis a diferentes particularidades locais.

Em função da formação destas redes de relações econômicas imbricadas, desenvolve-se o que Dreifuss (2004) chama de “tecnobergs”: grandes corporações multinacionais, que por seu caráter estratégico são chamadas de Corporações Estratégicas Transnacionais (CETs), por trás das quais se observa uma gama infindável de encadeamentos, seja a montante ou a jusante, de arranjos produtivo-espaciais multidimensionais, referenciados em uma divisão técnico-espacial do trabalho em escala global, de forma que a corporação em si é apenas a “ponta do iceberg” de estruturas de produção e distribuição gigantescas. Esses *tecnobergs* centram suas atividades na produção das mencionadas matrizes tecnológicas (a tecnologia de ponta) a partir das quais se desenvolvem uma série de outras inovações e adaptações multifuncionais a serem disseminadas multissetorialmente, o que lhe garante um mercado extenso e diversificado.

Não se trata de uma simples expansão da atuação das grandes corporações à escala mundial e na ampliação do mercado, acelerada nos 30 anos que se seguiram à II Guerra Mundial, mas de uma mudança nas relações de poder, na criação de cadeias de valor baseadas em novas formas de cooperação e competição, na destruição ou desestruturação das autonomias monetárias nacionais. Neste novo contexto vem ocorrendo mudanças nos padrões de organização industrial com a expansão do horizonte econômico das companhias, decorrente da redução do espaço econômico e do tempo, ampliando as fontes de recursos, o mercado e as tecnologias para além das fronteiras nacionais ou continentais. Pode ocorrer, também, a desincorporação e despersonalização da tecnologia, com o aumento

da difusão e integração de soluções plurais e flexíveis, mudanças nas relações entre oferta e demanda, entre produção e consumo, com ampliação e diversificação da cesta de bens e serviços. Amplia-se a interdependência mas alteram-se as formas de contratação, competição, cooperação e dependência, bem como as relações entre Estados Nacionais, entre Estado e as empresas privadas, em um processo simultâneo de homogeneização e diferenciação (DINIZ, 2000:2).

A produção destas matrizes tecnológicas envolve investimentos altíssimos, sobretudo em mão-de-obra muito qualificada e equipamentos de alta complexidade. Porém, esse investimento é mais utilizado em seu processo de pesquisa e desenvolvimento do que em sua reprodução e distribuição, de forma que os custos envolvidos nessas atividades são em grande medida custos fixos, o que lhe dá o caráter de atividade com ganhos crescentes de escala, o que determina uma estrutura de mercado tendendo ao monopólio. Além disso, o alto nível de financiamento exigido por estas atividades restringe a ação dos *tecnobergs* a regiões com alta disponibilidade de capital. Essas características, dentre outras, introduzem crescente centralização e concentração de suas atividades. A manutenção dos encadeamentos “imersos”, que dão base às atividades desenvolvidas pelos *tecnobergs*, exigem ações estratégicas por parte das corporações, em busca de uma forma de gestão do território que permita a estabilidade dos encadeamentos. Uma das estratégias é a diversificação dos consumidores, de modo que as matrizes tecnológicas serão tanto melhores quanto maior a sua flexibilidade e adequação a diversos produtos e/ou usuários, ainda que mantendo seu caráter especializado.

A excelência de uma CET será determinada pela capacidade de ganhar ou de manter a supremacia de saberes especializados que um mundo centrado em *tecnobergs* requer, aliada à capacitação técnica de produção e serviços irradiados a partir de uma matriz científica e de sua competência tecnológica, além de uma substancial “capacidade cultural e intelectual” genérica que lhe permite buscar uma taxa de adaptação a diferentes mercados e sociedades que será necessariamente alta. (DREIFUSS, 2004: 86)

Inserido nessa teia de relações cada ação de cada agente ganha um alto grau de conteúdo informacional, dentro do sistema nomeado por Dreifuss (2004) como Sistema

tele-info-nano-opto-computrônico satelitais, denotando mesmo a tendência convergente das tecnologias informacionais, que permitem a recalibragem constante e adequação dos sistemas, pelo monitoramento em tempo real, via fluxo informacional.

Além da formação de grandes aglomerados de atividades encadeadas, no ambiente de tecnobergs a coordenação de esforços, fusões e diversas outras formas de relacionamento interinstitucionais passam a ter grande importância pelo crescente entrelaçamento das atividades e pelas próprias características da produção tecnológica. O alto grau de incerteza envolvido na produção tecnológica de ponta exige uma estrutura de mercado que seja cooperativa e articulada entre as diversas instituições, já que envolve uma gama imensa de atividades, cada uma com demandas tecnológicas distintas, o que exige matrizes tecnológicas versáteis, flexíveis.

Nesse contexto ganha importância novas formas de relacionamento institucional, com ênfase em ações coordenadas, que facilitem a “interface” entre as instituições, e potencializem o que Storper (1997) denomina de “ativos relacionais” e outras interdependências não comercializáveis, dependentes de um conjunto de elementos sociais locais (DINIZ, 2000).

Em uma economia do aprendizado, é mister considerar as forças da história, a cultura, os costumes e as instituições como expressões territorializadas, sobre as quais repousam as possibilidades do exercício do aprendizado e da produção de inovações e/ou adaptações tecnológicas (MATOS, 2005: 17).

Dessa forma, paralelamente à dominação das regiões centrais, via matrizes tecnológicas, as regiões e/ou os lugares, ganham força à medida que interferem nas adaptações, no processo e irradiação, tecnológica. A homogeneização da linguagem, via tecnologia, além de inserir uma gama crescente de identidades territorializadas “à moda antiga” no espaço de fluxos, permite a multiplicação de uma outra infinidade de identidades, agora referenciadas pela formação de territórios-rede, em maior e menor grau em função ao acesso às redes, no que se faz fundamental as políticas de educação e inclusão digital.

A divisão tecno-política do território torna-se cada vez mais seletiva no processo de produção do espaço, sobretudo com relação àqueles fatores que Dreifuss (2004) nomeia de qualidades societárias.

Na década de 90, alicerçados nas incipientes infonômias e gnoseonomias nacionais, os países passam a ser situados a partir das suas qualidades societárias – (universitárias, intelectuais, educacionais etc.), bem como de suas possibilidades organizacionais e técnicas de realização, geradas pelo mundo de tecnobergs. Configura-se uma heterotopia de produtores diferenciados pelas suas funções, possibilidades e capacidades perante os processos de produção material e de conhecimento, enquanto sociedades/estados. As novas tecnomias e novas realidades societárias são construídas e centradas ao redor das ações de corporações estratégicas, apoiadas por seus governos, configurando:

- a) focos indutores de conhecimento (científico e tecnológico) e focos geradores de tecnologia de ponta;
 - b) pólos motores tecnoprodutivos avançados;
 - c) plataformas terceirizantes de produção e comercialização;
 - d) plataformas quarteirizantes de montagem e comercialização.
- (DREIFUSS, 2004: 96).

Dessa forma, se configura uma divisão tecno-espacial das atividades, referenciada a uma nova divisão técnica do trabalho, não mais intrafabril, mas cotejada por arranjos espaciais específicos. Enquanto as regiões de maior centralidade vão desenvolver matrizes tecnológicas, conforme suas funcionalidades enquanto focos indutores de conhecimento e geradores de tecnologia de ponta, surgem novas centralidades, pólos motores tecnoprodutivos avançados, responsáveis por traduzir as matrizes tecnológicas em produtos “georreferenciados”, ou seja adaptados ao contexto local/regional. Essa mediação é recorrente no sistema. A cada mudança de escala equivale uma mediação global-local, tal qual um sistema de irradiação da produção tecnológica central, pretensamente universal. As formas de inserção nesse sistema serão determinadas em grande medida pela “capacidade social” de inserção em uma economia inovativa, tal como a presença de mão-de-obra qualificada, infra-estrutura de transportes e comunicações que permitam a “conexão global”, ambientes institucionais favoráveis, etc.

Seguindo o raciocínio, em uma visão transescalar quanto mais próximo às regiões centrais maior o grau de autonomia e responsabilidade das atividades, em sua inserção no sistema de irradiação tecnológica, por outro lado quanto mais próximo das “periferias” maior o grau de automatização, e portanto menor o de autonomia das atividades. São justamente as matrizes tecnológicas, traduzidas para seu contexto específico que permitem a automatização das atividades no nível local como montagem e comercialização em bases exportadoras regionais.

Nesse contexto o setor terciário passa a ter funcionalidades importantes na configuração territorial, seja na expansão da rede urbana, que induz e é induzida pela expansão de uma série de “serviços urbanos”, seja pelo próprio caráter das estruturas produtivas de uma economia centrada na inovação.

O aumento do peso dos serviços na estrutura produtiva, em termos de produto e empregos e, as mudanças tecnológicas decorrentes da informática e da telemática, mudam a natureza dos serviços. Não só amplia o leque de atividades deste como muda, também, a natureza da comercialização, permitindo a ampliação dos serviços comercializáveis à distância. De não *tradables* uma grande parcela dos serviços passam a *tradables*, em função do desenvolvimento da tecnologia da informação, especialmente da informática e da telemática, o que permite o transporte dos serviços, eliminando ou reduzindo o efeito da distância, superando a característica histórica de serem produzidos e consumidos, simultaneamente, no mesmo local da produção (...) Por outro lado a integração agricultura-indústria-serviços aumenta a demanda dos chamados serviços à produção, especialmente com o crescimento da internacionalização e a necessidade de administração e controle das grandes organizações (engenharia, pesquisa e desenvolvimento, mercado, propaganda, seguros, bancos, processamento de dados, contabilidade) e à circulação (venda, transporte, assistência técnica, manutenção, instalação, etc.). Por sua vez, o aumento da terciarização amplia a complementaridade entre indústria e serviços e implica na atração dos serviços para próximo à produção, com tendência a reaglomeração e a *clusterização*, podendo ocorrer também a *clusterização* em um conjunto de serviços que são incorporados e comercializados através de bens (DINIZ, 2000:14).

Dessa forma a expansão das atividades terciárias permitem a integração do sistema produtivo como um todo, dando base à própria divisão social do trabalho, no contexto

de extrema complexificação da mesma, que vai se refletir no desenvolvimento de funcionalidades importantes exercidas por estas atividades.

2 SETOR TERCIÁRIO: TIPOLOGIAS, VERTICALIDADES E FUNCIONALIDADES ESPACIAIS

O setor terciário, analisado segundo sua estrutura interna, reflete em grande medida o duplo movimento de dispersão da rede urbana, da cultura urbano-industrial, ao lado da centralização da gestão da produção, o que faz aumentar sobremaneira a complexidade das relações em que se inserem estas atividades. Isto porque elas são dinâmicas e se adequam a cada contexto e escala de funcionamento das atividades produtivas, bem como a um sistema logístico integrado em escala mundial, que estabelece conectividade com os diversos espaços de fluxos. Novas lógicas econômicas derivadas do que Harvey (1992) denomina de compressão tempo-espaço.

A dispersão da rede urbana reflete a expansão dos serviços ligados às funções associadas ao que poderíamos nominar de infra-estrutura e reprodução urbana. Atividades tais como serviços públicos básicos, coleta de lixo, transportes urbanos, serviços de saúde e educação, serviços de alimentação, componentes de maior “capilaridade” do sistema logístico, assim como o comércio varejista, ou mesmo outras atividades complementares à indústria, mas com um grau ainda baixo de conteúdo informacional (a exemplo das atividades de reparo e manutenção de baixa complexidade). Já a centralização da produção reflete a concentração de atividades de alto grau de especialização, porque são altamente informacionais, intimamente ligadas às atividades produtivas (as quais passam a ter parcelas cada vez maiores no valor adicionado das mercadorias), o que reflete no crescente conteúdo técnico-informacional “cristalizado” nas mercadorias. Assim, pode-se pensar em uma tipologia distinguindo esses dois tipos de serviço: Serviços de Infra-estrutura e Reprodução Urbana (SIRU) e Serviços Técnico-Informacionais Complementares à Produção (STIC).

Se compararmos essa tipologia com a tipologia de Browning e Singelman (1978), anteriormente explicitada, os SIRU abrangeriam os serviços sociais, pessoais, e parte dos serviços distributivos e produtivos de menor conteúdo técnico-científico, como o setor de transportes, nos serviços distributivos, e serviços de reparo e manutenção de menor complexidade, no caso dos serviços produtivos. Já os STIC abrangeriam as atividades de maior conteúdo técnico-científico dos serviços produtivos e distributivos, tais como os setores de pesquisa e desenvolvimento, no caso dos serviços produtivos, e serviços de publicidade e propaganda, no caso dos serviços distributivos.

Por outro lado, se analisarmos os serviços de acordo com as plataformas propostas por Dreifuss (2004), as regiões que apresentam maior conteúdo técnico, ou seja, aquelas mais “próximas” aos centros produtores de matrizes tecnológicas, tendem a apresentar um terciário com maior grau de diversificação (fruto da própria renda urbana) mas, sobretudo, com participações importantes de STIC`s, tais como os serviços de pesquisa e desenvolvimento, os serviços financeiros, os serviços de planejamento e organização, a administração, publicidade e propaganda, dentre outros; enquanto que nas regiões de inserção via produção e montagem, observa-se também a presença de serviços, mas com um menor grau de diversificação e proeminência de SIRU`s, além de outros serviços de reparo e manutenção de baixa complexidade, que dão suporte mais direto à produção.

Assim, os SIRU tendem a ser mais horizontalizados, com relação à rede urbana, ou seja, sua distribuição espacial tende a ser mais dispersa, enquanto que os STIC tendem a ser mais verticalizados, e portanto concentrados espacialmente em um número relativamente reduzido de localidades da rede, até porque estes serviços dependem de contextos espaciais específicos, dentre os quais destaca-se a oferta de mão de obra especializada, ambientes de transbordamento tecnológico, além de demandar uma alta escala e integração inter-firmas, em atividades de alta seletividade espacial.

A distribuição espacial das atividades terciárias, analisada segundo as funcionalidades espaciais específicas de cada tipo de serviço, reflete, assim, a própria divisão espacial do trabalho e os mecanismos pelos quais se dá a gestão do território, uma vez que as atividades terciárias relacionadas aos STIC`s são as que possibilitam essa articulação entre as diversas regiões de um país/território, bem como as articulações local-globais,

de forma que as funcionalidades do setor terciário estão no cerne da estruturação do território como um todo.

As funcionalidades espaciais específicas dos SIRU's relacionam-se à reprodução e viabilização de atividades urbanas rotineiras realizadas no âmbito local, tal como o consumo final de mercadorias, atividades ligadas à reprodução da mão-de-obra, atividades terciárias de complementaridade mais direta à indústria, etc, sendo um condicionante mesmo da fixação de populações e atividades em uma dada região. As atividades terciárias relacionadas à infra-estrutura e reprodução urbana, possuem ainda uma importante funcionalidade na acomodação de mão-de-obra excedente, em uma economia crescentemente seletiva em termos de mão-de-obra.

Já os STIC, têm funções relativas às articulações local-globais informacionais, que podem ser desagregadas nas categorias:

- a) **telecomunicações e transportes**: essa é talvez a funcionalidade de maior destaque, intimamente relacionada ao sistema logístico, é ela que possibilita todas as outras, sendo condição primeira à crescente integração do espaço de fluxos em escala mundial, e à sua fluidez;
- b) **inovações tecnológicas**: permitem a inserção privilegiada de uma dada localidade no meio global, possibilitando ganhos via mais-valia relativa, através dos serviços de P&D.
- c) **difusão tecnológica**: essa é outra funcionalidade importante, pois permite que inovações, geralmente presentes em regiões centrais da rede urbana, possam se difundir pelos arranjos produtivos, no âmbito dos serviços de consultoria, assessoria e planejamento técnico-científico;
- d) **articulação institucional local**: com o crescimento dos fluxos transfronteiriços são cada vez mais importantes os serviços que articulam as atividades institucionalmente nos foros locais, denotando a crescente importância da articulação e das formas de articulação entre atores locais;

- e) **diminuição de incertezas espaciais:** alguns serviços, sobretudo financeiros, têm a função de diminuir incertezas espaciais tais como incertezas cambiais, dando maior estabilidade a fluxos internacionais, favorecendo-os;

- f) **monitoramento da produtividade:** a relativa flexibilização da produção, financiada, muitas vezes por fluxos financeiros inter-espaciais exige formas de monitorar os resultados obtidos quanto à valorização e rotação do capital.

Dessa forma através de regulamentação do Estado surge a obrigatoriedade da produção de indicadores contábeis e financeiros que reflitam o desempenho de uma dada atividade, por meio de indicadores. A evolução da valorização das ações relativas a tais atividades orientam os fluxos de capital de acordo com suas possibilidades de valorização.

Dessa forma cada tipo de serviço se articula, à sua maneira, à divisão espacial do trabalho, permeando-a de acordo com as diversas demandas localizadas, em variadas escalas, o que confere lógica a uma estrutura de serviços distribuída de forma espacialmente hierarquizada, guardando íntima ligação com a estrutura da rede urbana como um todo e com as características específicas de cada tipo de serviço.

3 MENSURAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DAS ATIVIDADES TERCIÁRIAS

Para que possamos identificar a distribuição espacial das atividades terciárias no território brasileiro, bem como sua evolução recente, utilizar-se-á o Quociente Locacional Ajustado (QLA), que permite a análise das concentrações relativas de uma atividade, tal como será explicitado no item 3.1.

Para balizar os movimentos de concentração e desconcentração relativa, no território brasileiro utilizaremos a evolução do ponto médio ponderado, melhor explicitado no item 3.2.

O QLA será calculado com base em dados censitários de massa salarial, por grupos de atividade e tipos de serviço – conforme agregação própria baseada na classificação de Browning e Singelman (1978) – contabilizados nos municípios componentes do território brasileiro nos anos de 1991 e 2000, tal como será explicitado no item 3.3.

3.1 Quociente Locacional Ajustado (QLA)

O QLA, como o próprio nome já diz, é uma variação do Quociente Locacional (QL). Sendo assim, ele procura comparar duas estruturas setoriais-espaciais, buscando ajustar os desvios esperados, relativos a estruturas setoriais muito heterogêneas, que caracterizam a rede de municípios brasileiros.

Quanto ao Quociente Locacional, o QL_{ij} , este pode ser considerado a principal e mais difundida medida de localização e especialização

utilizada em estudos exploratórios de economia regional, urbana e até mesmo setorial (SIMÕES, 2005: 8).

O QL, em sua forma clássica, compara duas estruturas econômicas, sendo que ele é a razão entre uma estrutura econômica que se quer analisar e uma estrutura econômica de referência. A fórmula de cálculo é a seguinte:

$$QL_{ij} = \frac{P_{ij} / P_j}{P_{iBR} / P_{BR}}$$

Onde: P_{ij} é o valor relativo do setor i no município j ;

P_j é o valor total relativo ao município j ;

P_{iBR} é o valor relativo do setor i no Brasil como um todo;

P_{BR} é o valor total de todos os setores no Brasil como um todo.

Porém, em sua forma clássica, o quociente locacional sofre desvios devidos à extrema heterogeneidade entre os municípios brasileiros, desvios estes relacionados, sobretudo, a problemas de escala, de modo que o QL tende a sobrevalorizar municípios pequenos e muito especializados, bem como subvalorizar municípios maiores e com alto grau de diversificação.

Um QL superior à unidade – indicação teórica e genérica de especialização – não garante concentração, mas apenas diferenciação produtiva. Face à enorme desigualdade regional brasileira é de se esperar que o montante de localidades com $QL > 1$ seja muito elevado, não significando necessariamente a existência de qualquer tipo de APL. Mais que isto, para escalas territoriais muito pequenas – com estrutura produtiva pouco diversificada – o QL sobrevaloriza qualquer diferenciação interna. Por sua vez, com escalas territoriais maiores – metropolitanas, por exemplo – a diversificação intensa subvaloriza a real importância dos setores dado o pequeno valor dos QLs, mesmo que estes tenham peso percentual relevante no contexto nacional (SIMÕES, 2005: 9).

Assim foi utilizado um corretor logarítmico com base no valor máximo de escala, de cada grupo de serviços, $P_{i \max}$. Com o corretor a fórmula passa a expressar o Quociente Locacional Ajustado (QLA_{ij}):

$$QLA_{ij} = \frac{P_{ij} / P_j}{P_{iBR} / P_{BR}} (1 - e^{-\ln(0,00000001) P_{ij} / P_{i \max}})$$

Esta nova fórmula permite corrigir os desvios causados pelos diferenciais de escala possibilitando auferir resultados de maior consistência, sem descaracterizar a essência comparativa inscrita nos termos do numerador P_{ij} / P_j . Desta forma se desenvolve uma escala de correção em função do quociente entre a participação (P_{ij}) do município em questão e a participação do município de maior participação ($P_{i \max}$). Esta escala varia de 0 a 1. Sendo que quanto mais próximo do valor máximo, ou seja, de um quociente igual a 1, o corretor apresenta menor interferência sobre o QL, multiplicando-o por 1. Por outro lado quanto mais próximo de 0 for o quociente mais “forte” será a correção, com o corretor aproximando-se de zero.

Para ilustrar o comportamento do corretor segue a Tabela 1, contendo 3 casos estilizados de correção, para os serviços financeiros no ano de 2000:

Tabela 1 - Quociente Locacional, Participação Relativa do município no setor, Corretor e Quociente Locacional Ajustado dos serviços financeiros dos municípios selecionados - 2000

Municípios	QL	PR	Corretor	QLA
Aparecida	6,3972	0,0001	0,0043	0,0272
São Paulo	1,8222	0,2616	1,0000	1,8222
Maruim	0,0037	0,00000001	0,00001	0,00000002

Fonte: Elaboração própria a partir de microdados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000.

Na Tabela 1 apresenta-se em primeiro lugar o município de Aparecida, que foi o município de maior QL dentre os serviços financeiros. Apesar de seu alto QL percebe-se que este município tem uma participação (PR) muito pequena no setor. Desta forma o seu corretor aproxima-se de zero, de forma a determinar um QLA de 0,0272. O caso de São Paulo, município de maior participação no setor, o corretor é igual à unidade, de forma que o QL e o QLA coincidem.

3.2 Centro Médio Ponderado (CMP)

O Centro Médio Ponderado (CMP) representa o centro gravitacional de um conjunto de pontos, tendo em vista a frequência e intensidade destes pontos. Assim, a partir desta distribuição dada pelas coordenadas Latitude/Longitude de cada ponto, bem como um valor que sirva de peso, em nosso caso os QLAs, encontra-se o ponto (X_w, Y_w) , em que estas grandezas se equilibram. Daí tem-se:

$$X_w = \frac{\sum w_i x_i}{\sum w_i} \quad Y_w = \frac{\sum w_i y_i}{\sum w_i}$$

Onde: w_i é o peso relativo ao ponto x_i, y_i ;

x_i é a longitude do ponto x_i, y_i ;

y_i é a latitude do ponto x_i, y_i .

A localização do Centro Médio Ponderado é afetada pela localização de cada ponto, de forma que muitos pontos em uma área do país tendem a aglutinar o CMP bem como pontos de maior peso, de forma que pontos com localizações extremas ou com pesos altos atraem para si o CMP. Dessa forma os CMPs do terciário tendem a se localizar na região sudeste dada a concentração de localidades e o peso das atividades localizadas nesta região.

3.3 Base de dados

Em primeiro lugar, a opção pela utilização de dados relativos a emprego, dá-se por sua abrangência e grande possibilidade de desagregação setorial e espacial. Além disso, as atividades terciárias, tal como foi explicitado nos capítulos anteriores guarda relação íntima com o emprego, sendo que o fator trabalho responde por grande parte de sua geração de valor.

Das bases que permitiam tal análise, a saber, a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego, e as bases censitárias do IBGE, optou-se pela utilização do Censo, por duas razões: a) maior comparabilidade entre a classificação de 1991 e 2000; b) maior abrangência do censo, já que este capta tanto o setor formal quanto o informal, ao contrário da RAIS, que se restringe ao setor formal, o que pode ser especialmente problemático no caso dos serviços, sobretudo em uma rede de municípios muito heterogênea.

A alta heterogeneidade das atividades terciárias, sobretudo no que diz respeito aos diferenciais de produtividade do trabalho, levaram à opção pela utilização da massa salarial, em detrimento do estoque de trabalhadores, permitindo uma diferenciação qualitativa entre as atividades, do ponto de vista setorial e do ponto de vista espacial.

A massa salarial foi agregada nos quatro tipos de serviços propostos por Browning e Singleman (1978): Serviços Produtivos, Serviços Distributivos, Serviços Pessoais e Serviços Sociais. Cada tipo de serviço é formado por grupos de atividade, que permitem um visão mais pormenorizada das atividades terciárias. No caso de dois grupos em especial, a saber: o grupo de informática, componente dos serviços produtivos, e o grupo dos serviços de turismo, componente dos serviços pessoais, não foi possível estabelecer a mesma agregação, de forma que estes dois grupos de atividade apresentam resultados apenas para o ano de 2000.

A classificação se segue nos quadros 1 a 4:

Quadro 1 - Classificação dos Serviços Produtivos em grupos de atividade

Serviços Produtivos
Serviços Técnicos Especializados
Serviços de arquitetura e engenharia e de assessoramento técnico especializado
Ensaio de materiais e de produtos; análise de qualidade
Serviços Financeiros
Intermediação Financeira
Seguros e previdência privada
Atividades auxiliares da intermediação financeira
Atividades auxiliares dos seguros e da previdência privada
Serviços de Reparação e Manutenção
Serviços de reparação e manutenção de veículos automotores
Comércio, manutenção e reparação de motocicletas
Reparação e manutenção de eletrodomésticos
Reparação de calçados
Reparação de objetos pessoais e domésticos - exceto de eletrodomésticos e calçados
Manutenção e reparação de máquinas de escritório e de informática
Serviços de P&D
Pesquisa e desenvolvimento
Serviços de Informática
Atividades de informática
Serviços de Intermediação de Bens, Direitos e Mão-de-obra
Seleção, agenciamento e locação de mão-de-obra
Atividades imobiliárias - exceto condomínios prediais
Aluguel de veículos
Aluguel de máquinas e equipamentos
Aluguel de objetos pessoais e domésticos
Serviços de Assessoria e Consultoria
Atividades jurídicas; de contabilidade; e de pesquisas de mercado e opinião pública
Atividades de assessoria em gestão empresarial
Outros Serviços Produtivos
Outros serviços prestados às empresas

Quadro 2 - Classificação dos Serviços Distributivos em grupos de atividade

Serviços Distributivos
Comércio Atacadista
Representantes comerciais e agentes do comércio
Comércio de produtos agropecuários
Comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo
Comércio Varejista
Comércio de veículos automotores
Comércio de peças e acessórios para veículos automotores
Posto de combustíveis
Comércio de fios têxteis, tecidos, artefatos de tecidos e armarinho
Comércio de artigos do vestuário, complementos e calçados
Comércio de madeira, material de construção, ferragens e ferramentas
Comércio de eletrodomésticos, móveis e outros artigos de residência
Comércio de livros, jornais, revistas e papelaria

Comércio de produtos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, odontológicos, cosméticos e de perfumaria
Comércio de máquinas, aparelhos e equipamentos - exceto eletrodomésticos
Comércio de combustíveis - exceto posto de combustíveis
Comércio de resíduos e sucatas
Comércio de produtos extrativos de origem mineral
Comércio de mercadorias em geral - inclusive mercadorias usadas
Supermercado e Hipermercado
Lojas de departamento e outros comércios não especializados, sem predominância de produtos alimentícios
Comércio varejista de artigos em geral por catálogo, televisão, internet e outros meios de comunicação
Comércio varejista realizado em postos móveis, instalados em vias públicas ou em mercados
Outros tipos de comércio varejista, não realizado em lojas

Serviços de Comunicação
Telecomunicações
Publicidade
Atividades de rádio
Atividades de televisão
Atividades de agências de notícias
Produção de filmes cinematográficos e fitas de vídeo
Distribuição e projeção de filmes e de vídeos

Serviços de Transporte
Transporte ferroviário
Transporte metroviário
Transporte rodoviário de cargas - exceto de mudanças
Transporte rodoviário de mudanças
Transporte rodoviário de passageiros
Transporte dutoviário
Transporte aquaviário
Transporte aéreo
Carga e descarga, armazenamento e depósitos
Atividades auxiliares aos transportes
Organização do transporte de cargas
Atividades de correio

Quadro 3 - Classificação dos Serviços Pessoais em grupos de atividade

Serviços Pessoais
Serviços de Alojamento Alojamento
Serviços de Alimentação Ambulantes de alimentação Outros serviços de alimentação - exceto ambulantes
Serviços de Higiene Pessoal e Destreza Física Cabeleireiros e outros tratamentos de beleza Atividades de manutenção do físico corporal
Serviços de Limpeza e Higiene Atividades de imunização, higienização e de limpeza em prédios e em domicílios Serviços domésticos
Serviços de turismo

Transporte em bondes, funiculares, teleféricos ou trens próprios para exploração de pontos turísticos

Agências de viagens e organizadores de viagens

Serviços de Vigilância e Segurança

Investigação, vigilância e segurança

Serviços de Entretenimento

Outras atividades artísticas e de espetáculos

Outros Serviços Pessoais

Lavanderias e tinturarias

Atividades funerárias

Outras atividades de serviços pessoais

Serviços veterinários

Quadro 4 - Classificação dos Serviços Sociais, Coletivos e/ou de Utilidade Pública em grupos de atividade

Serviços Sociais, Coletivos e/ou de Utilidade Pública

Administração Pública

Administração do Estado e da política econômica e social - Federal

Administração do Estado e da política econômica e social - Estadual

Administração do Estado e da política econômica e social - Municipal

Forças Armadas

Outros serviços coletivos prestados pela administração pública - Federal

Outros serviços coletivos prestados pela administração pública - Estadual

Outros serviços coletivos prestados pela administração pública - Municipal

Seguridade social

Serviços Sociais

Educação regular, supletiva e especial pública

Educação regular, supletiva e especial particular

Outras atividades de ensino

Saúde pública

Saúde particular

Outras atividades de saúde

Limpeza urbana e esgoto; e atividades conexas

Outros Serviços Sociais, Coletivos ou de Utilidade Pública

Condomínios prediais

Atividades de organizações sindicais

Atividades de organizações empresariais, patronais e profissionais

Atividades de organizações religiosas e filosóficas

Outras atividades associativas

Bibliotecas, arquivos, museus e outras atividades culturais

Atividades desportivas e outras relacionadas ao lazer

Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais

Serviços sociais

4 DISTRIBUIÇÃO, EVOLUÇÃO E FUNCIONALIDADES DA REDE BRASILEIRA DE ATIVIDADES TERCIÁRIAS

4.1 O desenvolvimento recente da rede urbana brasileira

O Desenvolvimento da rede urbana brasileira se deu de forma acelerada, sobretudo a partir de 1960, quando haviam apenas duas cidades milionárias no Brasil, São Paulo e Rio de Janeiro. Já em 1970 passam a cinco, dez em 1980 e doze em 1991 (SANTOS, 1993).

É indiscutível que o Brasil experimentou nos últimos 50 anos um dos mais intensos processos de urbanização de que se tem notícia. Reflexo do avanço do capitalismo industrial em áreas estratégicas do País, como em São Paulo e Rio de Janeiro e, posteriormente, em outras regiões e cidades, a urbanização brasileira estruturou grandes mercados, produziu riqueza e pobreza, prodigalizou a saída de milhões de pessoas do campo, transformou o modo de vida de toda a sociedade, consubstanciou enfim uma formidável expansão demográfica (MATOS, 2005: 32).

Dessa forma a urbanização brasileira, a princípio restrita a seus dois principais centros, internaliza, a partir de 1970, uma série de novos centros, inclusive com a formação de novas metrópoles, o que introduz maior complexidade à rede brasileira, e à base técnica da economia nacional, que possui características próprias ligadas a fatores geográficos e históricos (EGLER, 2002). As chamadas metrópoles regionais surgem como as mais dinâmicas em crescimento populacional entre 1950 e 1980, estruturando, por assim dizer, a redistribuição da população no território brasileiro, destacando-se “a formação de um cinturão metropolitano em torno do núcleo industrial original através do

crescimento acelerado de Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre e Brasília” (EGLER, 2002: 196).

A grande expansão industrial do período 1950-1980, a ocupação do Centro-Oeste após a fundação de Brasília, a modernização da agricultura e a ocupação de novas fronteiras de recursos transformaram o País na segunda metade do século XX. A urbanização avançou como nunca e a frágil rede urbana experimentou um forte incremento com o surgimento de novas cidades e consolidação de centros intermediários de expressão, reconfigurando o arcabouço territorial que permitiria a interiorização do desenvolvimento e a desconcentração espacial da economia (MATOS, 2005: 24).

Assim, a desconcentração da rede urbana com relação a São Paulo, longe de indicar um processo de “desmetropolização”, indica sim a interiorização do processo de “metropolização”, com ganho de complexidade da rede urbana brasileira.

O processo de urbanização no Brasil, de fato, interiorizou-se por amplos espaços regionais sem com isso provocar a desmetropolização (já que as metrópoles prosseguem fortes, centrais e se reproduzindo); expandiu-se em redes geográficas de diversos tipos unindo cidades muito diversificadas funcionalmente; fez emergir protagonistas de peso no rol das chamadas cidades médias (algumas transformadas em “regiões metropolitanas”); fez surgir um plêiade de pequenas cidades associadas à pluriatividade em expansão no chamado “novo rural”; deu vazão e ofereceu alternativa espacial ao processo de desconcentração econômica e demográfica das últimas décadas (MATOS, 2005: 34).

As Regiões Metropolitanas brasileiras se caracterizam por um grau crescente de terciarização. Como pode ser visto na Tabela 2, aumentou expressivamente a participação dos trabalhadores das atividades terciárias⁶ no estoque total de trabalhadores das principais regiões metropolitanas brasileiras.

⁶ A participação do setor de serviços vem aumentando bastante, com exceção de Recife, em 1990, ano em que a participação do setor terciário nas regiões metropolitanas estava um pouco abaixo da média nacional de 67,37%, e 2003 ela passou de 67,03% para 79,28%, enquanto a do Brasil como um todo foi para 75,84%.

Não obstante o movimento de desconcentração espacial da indústria, entre 1990 e 2003 essa desconcentração se deu primordialmente em função das metrópoles, já que enquanto estas áreas perdem participação no estoque de trabalhadores industriais nacionais, os estados que as abrigam têm ampliado seu parque industrial, como pode ser visto na Tabela 3. Além disso pode-se perceber que apesar da média de crescimento do estoque de trabalhadores industriais estar abaixo da média nacional e da média dos estados selecionados, algumas regiões metropolitanas mantêm crescimento acima destas médias, a exemplo das regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Salvador e Belém. Isso demonstra que a queda do trabalho industrial das RM's foi puxada pelas duas principais, São Paulo e Rio de Janeiro, já que todas as outras, com exceção de Recife, aumentaram suas participações em relação ao total dos seus estados e em relação ao total nacional.

Os números relativos ao terciário experimentaram um processo parecido, conforme mostra a Tabela 4. Houve uma dispersão em relação às regiões metropolitanas como um todo, e concentração nos estados que as abrigam, porém nesse caso, com exceção de Curitiba, todas as RM's separadamente perderam espaço para seus estados, apesar de terem, exceto no caso do Rio de Janeiro, ganhado peso nacionalmente.

Tabela 2 - Participação do Setor de Serviços na composição do estoque de trabalhadores totais das Regiões Metropolitanas selecionadas - 1990-2003

Especificação	1990		2003	
	Trab.	%	Trab.	%
Região Metropolitana de SP	2.098.232	57,23	3.778.435	76,82
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	1.378.328	75,57	1.959.416	85,72
Região Metropolitana de BH	556.420	68,93	1.005.118	78,01
Região Metropolitana de Porto Alegre	473.925	71,63	722.321	74,12
Região Metropolitana de Salvador	379.245	74,41	628.319	77,77
Região Metropolitana de Recife	329.510	78,65	506.962	78,46
Região Metropolitana de Curitiba	302.899	71,18	593.035	83,59
Região Metropolitana de Fortaleza	218.047	74,95	407.748	79,99
Região Metropolitana de Belém	167.173	82,05	275.907	86,90
Total das Regiões Metropolitanas	5.903.779	67,03	9.877.261	79,28
Total dos Estados Selecionados	8.631.985	63,11	16.269.106	75,14
Total nacional	14.201.446	67,37	21.490.018	75,84

Fonte: RAIS/RAISESTAB 1990/2003.

Dessa forma, pode-se afirmar que existe uma tendência geral de desconcentração das atividades terciárias, sobretudo para os estados que possuem regiões metropolitanas, o que pode ser interpretado, em certa medida, como um aumento da área de influência das metrópoles. Nesse contexto, auxiliado pela revolução das NTIC e dos transportes, a metrópole passa a romper as próprias barreiras das conurbações urbanas. “Dispersão e concentração dão-se, uma vez mais de modo dialético, de modo complementar e contraditório” (SANTOS, 1993). É desse modo que as metrópoles tornam-se onipresentes no território nacional, na medida em que existe um processo de integração do território nacional, do qual participa a dispersão de atividades industriais, a integração da agricultura à indústria, e a própria dispersão das atividades terciárias. As metrópoles continuam polarizando essa dinâmica através de serviços superiores, com mão de obra qualificada e especializada. Serviços tais como telecomunicações, pesquisa e desenvolvimento, e assessoria e consultoria técnica se destacam, conforme mostra a Tabela 5.

Tabela 3 - Número de Trabalhadores no setor industrial de Regiões Metropolitanas selecionadas - 1990 e 2003

Especificação	1990				2003				tx. Cres. 1990-2003
	Trab.	Peso Relativo (%)			Trab.	Peso Relativo (%)			
		Estado	Todos os Estados	Total		Estado	Todos os Estados	Total	
Região Metropolitana de SP	1.568.282	60,43	31,09	22,80	1.140.064	49,60	21,18	16,65	-2,42
Região Metropolitana do R.J	445.539	75,92	8,83	6,48	326.508	68,57	6,06	4,77	-2,36
Região Metropolitana de Porto Alegre	250.782	46,88	4,97	3,65	283.358	42,42	5,26	4,14	0,94
Região Metropolitana de BH	187.675	36,35	3,72	2,73	252.146	34,38	4,68	3,68	2,30
Região Metropolitana de Curitiba	130.456	44,83	2,59	1,90	179.586	35,29	3,34	2,62	2,49
Região Metropolitana de Fortaleza	89.442	85,63	1,77	1,30	139.144	69,51	2,58	2,03	3,46
Região Metropolitana de Recife	122.639	53,89	2,43	1,78	116.404	63,45	2,16	1,70	-0,40
Região Metropolitana de Salvador	72.889	58,84	1,44	1,06	101.991	48,94	1,89	1,49	2,62
Região Metropolitana de Belém	36.572	56,36	0,72	0,53	41.591	38,98	0,77	0,61	0,99
Total das Regiões Metropolitanas	2.904.276		57,57	42,23	2.580.792		47,94	37,70	-0,90
Total dos Estados Selecionados	5.044.845		100	73,35	5.383.510		100	78,63	0,50
Total nacional	6.878.044		100,00		6.846.284			100,00	-0,04

Fonte: RAIS/RAISESTAB 1990/2003.

Tabela 4 - Número de trabalhadores no setor de serviços de Regiões Metropolitanas Seleccionadas - 1990 e 2003

Especificação	1990				2003				tx. Cres. 1990-2003
	Trab.	Peso Relativo (%)			Trab.	Peso Relativo (%)			
		Estado	Todos os Estados	Total		Estado	Todos os Estados	Total	
Região Metropolitana de SP	2.098.232	66,74	24,31	14,77	3.778.435	61,60	38,25	17,58	4,63
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	1.378.328	88,88	15,97	9,71	1.959.416	80,15	19,84	9,12	2,74
Região Metropolitana de BH	556.420	53,45	6,45	3,92	1.005.118	45,89	10,18	4,68	4,65
Região Metropolitana de Porto Alegre	473.925	58,96	5,49	3,34	722.321	53,92	7,31	3,36	3,29
Região Metropolitana de Salvador	379.245	69,87	4,39	2,67	628.319	57,17	6,36	2,92	3,96
Região Metropolitana de Recife	329.510	80,81	3,82	2,32	506.962	70,44	5,13	2,36	3,37
Região Metropolitana de Curitiba	302.899	49,46	3,51	2,13	593.035	45,97	6,00	2,76	5,30
Região Metropolitana de Fortaleza	218.047	68,7	2,53	1,54	407.748	67,14	4,13	1,90	4,93
Região Metropolitana de Belém	167.173	78,84	1,94	1,18	275.907	62,11	2,79	1,28	3,93
Total das Regiões Metropolitanas	5.903.779		68,39	41,57	9.877.261		60,71	45,96	4,04
Total dos Estados Seleccionados	8.631.985		100	60,78	16.269.106		100	75,71	5,00
Total nacional	14.201.446			100,00	21.490.018			100,00	3,24

Fonte: RAIS/RAISESTAB 1990/2003.

Assim, a reconfiguração do território brasileiro se dá de um lado com a dispersão das atividades econômicas produtivas, porém conectadas de forma local-global por metrópoles, como propõe Mattos (2004), às Áreas Metropolitanas Principais (AMP's), incrementando suas áreas de influência. De outra parte, determinados serviços vão se desconcentrar, sobretudo para promover articulações com as metrópoles onde se concentram os serviços superiores, como os ligados à pesquisa e difusão tecnológica (STORPER,1994).

Seguindo esse raciocínio, a nova configuração territorial se dá em função de uma economia altamente internacionalizada, o que não significa desenraizamento das atividades econômicas do espaço. Antes pelo contrário, essa internacionalização se estrutura em uma rede transfronteiriça de crescente complexidade, alicerçada em parte pela desconcentração de diversas atividades, sobretudo produtivas, e pela centralização dos fluxos informacionais, financeiros, etc., por meio da maturação de uma rede inter-regional de localidades centrais, com o desenvolvimento das metrópoles regionais.

É igualmente notório que as grandes metrópoles são os principais nós das redes físicas e informáticas e das redes de telecomunicações, as sedes das organizações financeiras, comerciais e industriais que se encarregam da realização e da valorização do capital. São assim os núcleos de um novo espaço de fluxos. Foi nessas cidades e na rede hierárquica complexa de cidades de importância menor que as cercam que se desenvolveram as atividades de serviço, e foi o desenvolvimento diferenciado dessas grandes cidades que desempenhou papel maior na produção de novo mapa do desenvolvimento regional (BENKO, 1996).

Tabela 5 - Número de trabalhadores nas atividades terciárias superiores selecionadas, com curso superior - 1998-2003

Especificação	1998						2003						2003/1998		
	Brasil (1)	2/1	Estados (2)	3/2	3/1	RM's (3)	Brasil (1)	2/1	Estados (2)	3/2	3/1	RM's (3)	Brasil	Estados	RM's
	Telecomunicações	23.990	77,32	18.549	88,55	68,47	16.425	33.185	87,51	29.040	89,06	77,93	25.862	6,70	9,38
Instituições financeiras	148.139	84,16	124.678	69,83	58,77	87.061	294.301	81,52	239.902	67,86	55,32	162.808	14,72	13,99	13,34
Incorporação, compra e venda de imóveis	1.832	93,18	1.707	86,88	80,95	1.483	3.220	88,35	2.845	80,84	71,43	2.300	11,94	10,76	9,17
Informática	30.219	85,82	25.933	93,14	79,93	24.154	53.086	82,49	43.790	90,73	74,84	39.729	11,93	11,05	10,46
Pesquisa e desenvolvimento	8.575	61,39	5.264	57,07	35,03	3.004	13.289	68,67	9.125	65,75	45,15	6.000	9,16	11,63	14,84
Assessoria e Consultoria técnica	63.351	90,54	57.361	82,24	74,47	47.176	87.433	91,78	80.245	83,84	76,94	67.275	6,66	6,94	7,36
Total	276.353	84,53	233.613	76,80	64,92	179.418	485.151	83,53	405.238	75,07	62,71	304.225	11,91	11,65	11,14

Fonte: RAISR/RAISESTAB 1998/2003.

4.2 Análise da distribuição e evolução das concentrações e verticalidades das atividades terciárias

Pode-se discernir uma rede de atividades terciárias no Brasil que irá refletir-se, em grande medida, na própria estruturação urbana, em seu complexo hierárquico, bem como em sua estrutura funcional, conforme será analisado adiante.

De modo geral, a estrutura do setor terciário no Brasil, tal como pode ser visto na Tabela 6, reflete por um lado a grande importância dos serviços distributivos e sociais na estrutura do emprego no setor terciário, importância esta, que aumenta no caso dos serviços distributivos, sobretudo pelo forte aumento do comércio atacadista. Por outro lado demonstra-se a importância dos serviços produtivos, que apesar de ter perdido participação como um todo, apresenta o crescimento de atividades importantes como os serviços técnicos especializados, serviços P&D, serviços de intermediação e serviços de assessoria e consultoria. Destaca-se também, a relativa perda de importância dos serviços pessoais.

Para proceder com a análise da distribuição espacial do setor terciário, por tipologias, procedeu-se com o cálculo do Quociente Locacional Ajustado (QLA), conforme metodologia previamente apresentada, para a massa salarial do setor terciário, segundo o Censo de 2000, classificada segundo uma variante, de desenvolvimento próprio, da tipologia de Browning e Singelman (1978). Esse índice permite visualizar o grau de concentração da massa salarial no espaço, o que parece ser um bom indicador, já que evita as distorções relativas ao diferencial de produtividade que seria típica de uma análise a partir do emprego.

Assim espera-se que a distribuição das atividades reflitam as características funcionais de cada atividade, em consonância com a tipologia em que se insere, seja com relação à demanda, seja com relação ao seu conteúdo técnico-científico.

Tabela 6 - Participação relativa dos tipos de serviços e grupos de atividade na massa salarial brasileira - 1991-2000

Tipos de Serviços e Grupos de Atividade	1991	2000
Serviços Técnicos Especializados	1,11	1,93
Serviços Financeiros	6,60	4,80
Serviços de Reparação e Manutenção	5,06	3,35
Serviços de P&D	0,14	0,26
Serviços de Informática	-	1,57
Serviços de Intermediação de Bens, Direitos e Mão-de-obra	1,02	1,64
Serviços de Assessoria e Consultoria	4,53	5,75
Outros Serviços Produtivos	3,36	1,30
Serviços Produtivos	21,81	20,60
Comércio Atacadista	1,59	7,47
Comércio Varejista	21,09	18,08
Serviços de Comunicação	2,51	2,77
Serviços de Transporte	8,08	8,48
Serviços Distributivos	33,27	36,80
Serviços de Alojamento	0,64	0,91
Serviços de Alimentação	5,18	3,38
Serviços de Higiene Pessoal e Destreza Física	1,28	1,52
Serviços de Limpeza e Higiene	3,97	4,10
Serviços de turismo	-	0,33
Serviços de Vigilância e Segurança	1,01	1,12
Serviços de Entretenimento	0,98	1,29
Outros Serviços Pessoais	1,90	0,44
Serviços Pessoais	14,97	13,09
Administração Pública	12,97	12,04
Serviços Sociais	16,06	14,83
Outros Serviços Sociais, Coletivos ou de Utilidade Pública	0,91	2,63
Serviços Sociais, coletivos ou de utilidade pública	29,94	29,51
Total	100,00	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000.

4.2.1 A distribuição dos serviços produtivos

Analisando a distribuição dos serviços produtivos por meio do QLA, o que percebemos é que este é o tipo de serviço que agrega em grande medida atividades de maior conteúdo técnico-científico, boa parte delas integrantes dos STIC's. Sua distribuição geográfica é bastante restrita a localidades de maior centralidade, como será explicitado adiante.

Na Tabela 7 é apresentado o resultado das dez localidades melhor colocadas, dentre os QLAs dos serviços produtivos, para os anos de 1991 e 2000. O que verifica-se é que dentre as dez mais bem situadas, oito correspondem a núcleos metropolitanos em 1991

e sete em 2000. Recortando apenas os que apresentam resultado acima da unidade: em ambos os casos (1991 e 2000) comparecem os mesmos cinco municípios núcleos das principais metrópoles da região Centro-Sul, a saber: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre.

Tabela 7 - Dez maiores Quocientes Locacionais Ajustados dos Serviços Produtivos, dentre os municípios brasileiros - 1991-2000

Serviços Produtivos			
1991		2000	
São Paulo	1,33	São Paulo	1,51
Porto Alegre	1,16	Rio de Janeiro	1,27
Rio de Janeiro	1,15	Belo Horizonte	1,19
Curitiba	1,15	Curitiba	1,16
Belo Horizonte	1,10	Porto Alegre	1,14
Santos	0,89	Brasília	0,88
Salvador	0,84	Salvador	0,79
Campinas	0,78	Campinas	0,74
Brasília	0,68	Niterói	0,74
Fortaleza	0,66	Osasco	0,70

Fonte: Elaboração própria a partir de microdados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000.

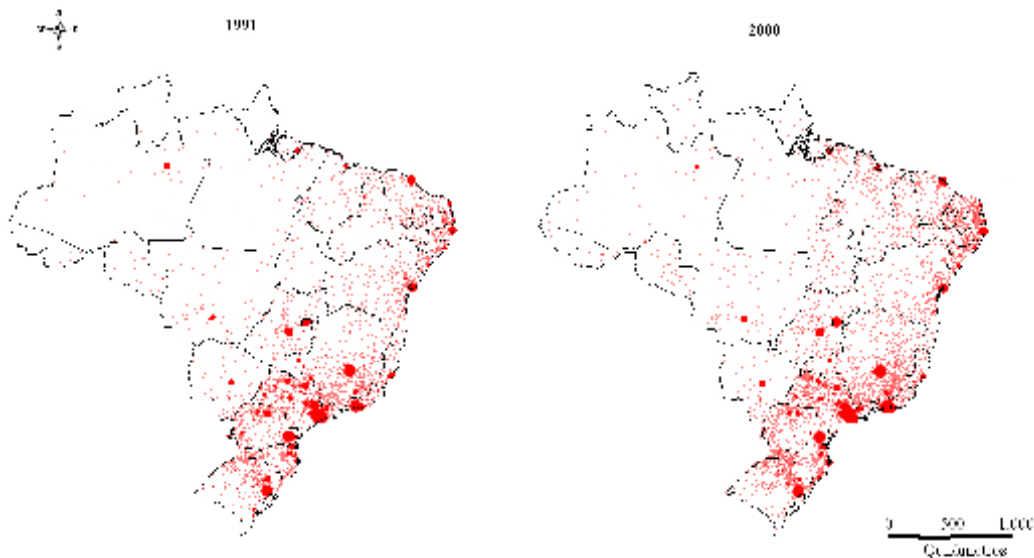
Ainda de acordo com a Tabela 7, a evolução do QLA dos serviços produtivos entre 1991 e 2000, demonstra um reforço da condição de primeira centralidade no âmbito nacional exercida por São Paulo, passando de um QLA de 1,33 em 1991 para 1,51 em 2000. O município do Rio de Janeiro ascende da terceira posição para a segunda diferenciando-se das demais metrópoles e consolidando sua posição de sub-centralidade, passando de 1,15 para 1,27. Belo Horizonte passa de quinto lugar a terceiro, ultrapassando Curitiba e Porto Alegre ao aumentar seu QLA de 1,10 para 1,19. Curitiba apresenta um crescimento tímido, passando de 1,15 para 1,16, e junto com Porto Alegre, que apresenta uma queda em seu QLA passando de 1,16 para 1,14, perderam posições quanto à concentração de Serviços Produtivos.

Ao que tudo indica, entre 1991 e 2000 a estrutura espacial dos Serviços Produtivos se torna mais complexa, passando de uma situação de centralidade mais simples para uma mais complexa, com níveis hierárquicos diversos, e uma estrutura mais concentrada e verticalizada.

A distribuição destas atividades no território brasileiro pode ser observada na Figura 1⁷, obtido através do QLA do setor. Percebe-se um alto grau de concentração, sobretudo na região sudeste, particularmente na Região Metropolitana de São Paulo, interior paulista e demais metrópoles da região. Pode-se constatar ainda que as demais metrópoles brasileiras afiguram-se como enclaves com relação ao setor.

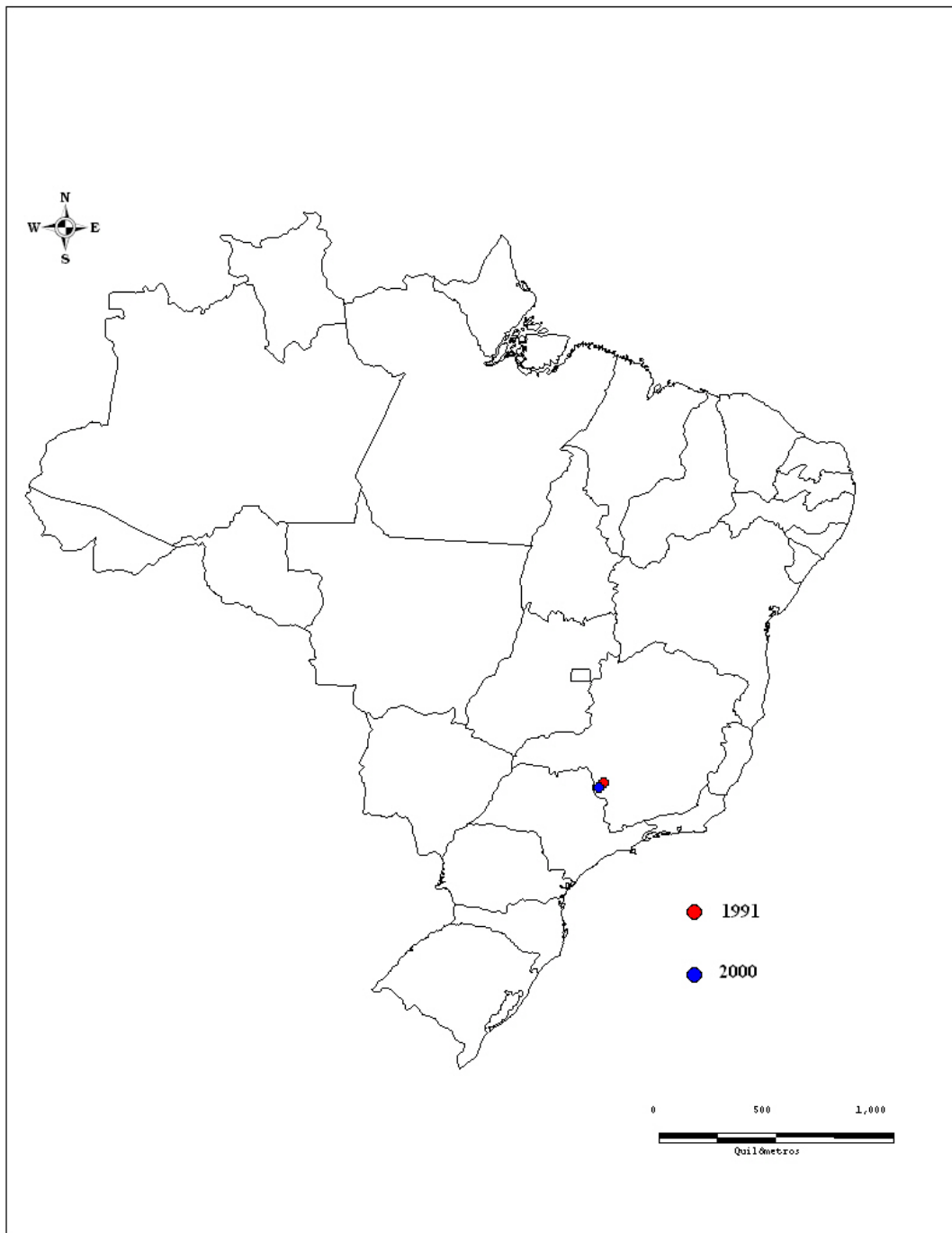
O movimento de concentração dos serviços produtivos fica confirmado no Mapa 1. Nele a evolução do Centro Médio Ponderado (CMP) dos serviços produtivos entre 1991 e 2000 expõe um deslocamento em direção a São Paulo, maior centro deste tipo de atividade.

Figura 1 - Quociente Locacional Ajustado dos serviços produtivos, para os municípios brasileiros - 1991-2000



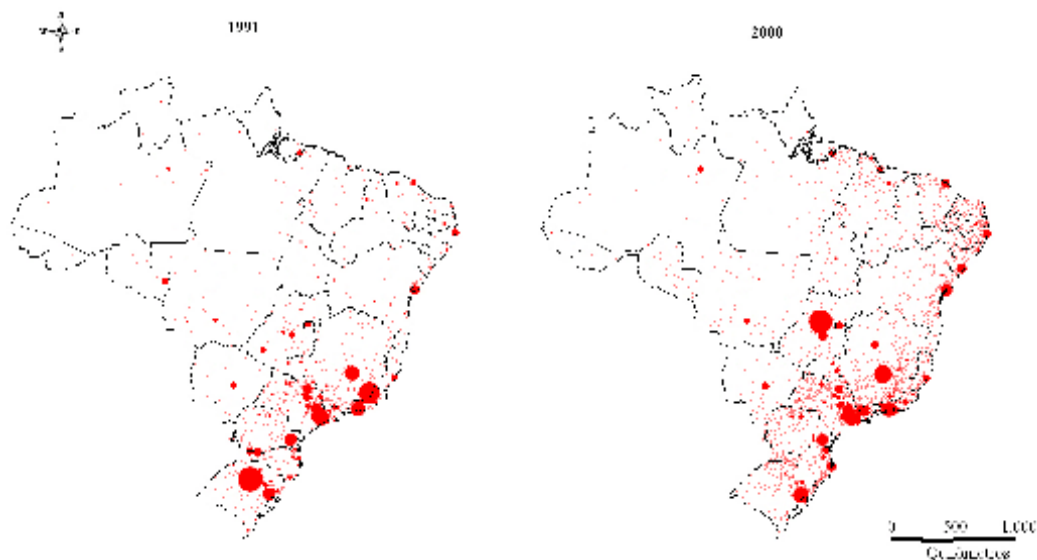
⁷ Cada Figura é composta por dois mapas relativos aos anos de 1991 e 2000, da esquerda para a direita, respectivamente.

Mapa 1 - Centro Médio Ponderado do Quociente Locacional Ajustado dos Serviços Produtivos - 1991-2000



As figuras de 2 a 9 apresentam a desagregação dos grupos de atividade que compõem o serviços produtivos, dentre eles destacam-se os serviços financeiros e de informática por sua alta concentração e restrição espacial, concentrando-se principalmente no sudeste, situação que se mantém entre 1991 e 2000. Os serviços de reparo e manutenção, tal como o esperado, são os de menor concentração relativa dentre o serviços produtivos, característica que evolui no período. Destaca-se ainda a alta concentração dos serviços de P&D, que apresentam-se de forma pontual no território brasileiro, e demonstram um movimento de concentração na região centro-sul, sobretudo sudeste.

Figura 2 - Quociente Locacional Ajustado dos serviços técnicos especializados, para os municípios brasileiros - 1991-2000



A Figura 2 apresenta o resultados dos QLAs relativos aos serviços técnicos especializados⁸. O que observa-se é que apesar destas atividades terem aumentado sua presença no país como um todo, manteve-se um padrão concentrado, sobretudo nas metrópoles da região centro-sul, particularmente as do sudeste, e no interior paulista. Destaca-se a posição de destaque assumida por Belo Horizonte entre 1991 e 2000, passando de um QLA de 1,53 para um de 2,11.

⁸ No caso dos serviços especializados o corretor parece não ter sido suficiente, de modo que municípios muito pequenos e especializados apresentaram resultados preponderantes. São os caso de Espumoso (RS) e Recreio (MG) em 1991 e Rianópolis (GO) em 2000, todos com menos de 1000 habitantes.

Figura 3 - Quociente Locacional Ajustado dos serviços financeiros, para os municípios brasileiros - 1991-2000

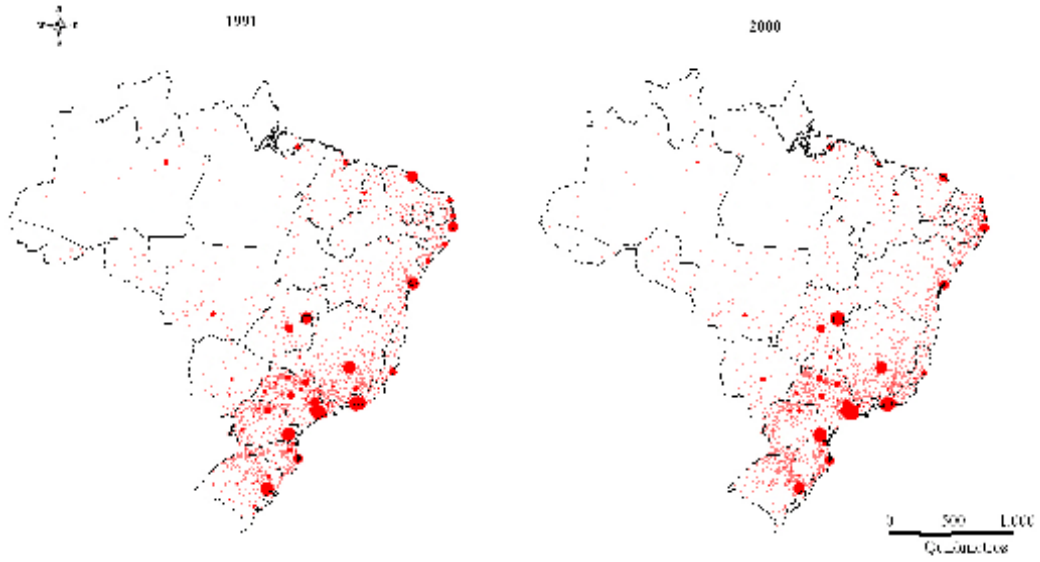
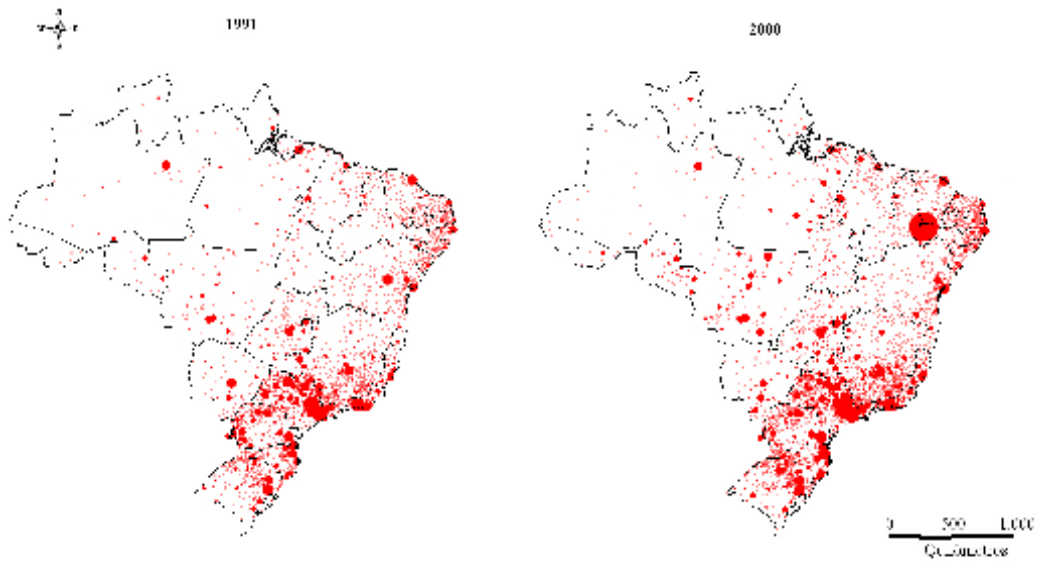


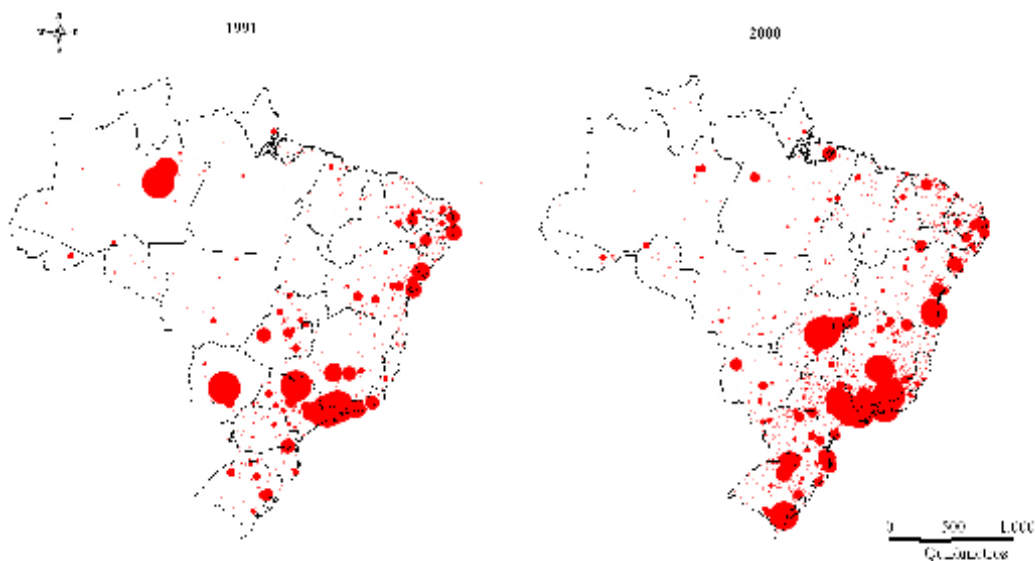
Figura 4 - Quociente Locacional Ajustado dos serviços de reparo e manutenção, para os municípios brasileiros - 1991-2000



A distribuição dos serviços financeiros aparece na Figura 3. Nela pode-se perceber um processo de concentração, com a consolidação da condição de centralidade da metrópole paulista, passando de 1,31 para 1,82 entre 1991 e 2000. As demais metrópoles da região centro-sul mantêm-se fortes.

A Figura 4⁹ apresenta a distribuição das atividades de reparo e manutenção nos municípios brasileiros. Estas atividades são as mais desconcentradas dentre os serviços produtivos, isso porque ela dá um suporte mais direto às atividades produtivas, em seus arranjos locais. Apesar de sua estrutura desconcentrada, as maiores concentrações se dão na Região Metropolitana de São Paulo e no interior paulista, a região mais industrializada do país, o que corrobora sua ligação direta com as atividades produtivas, sobretudo industriais.

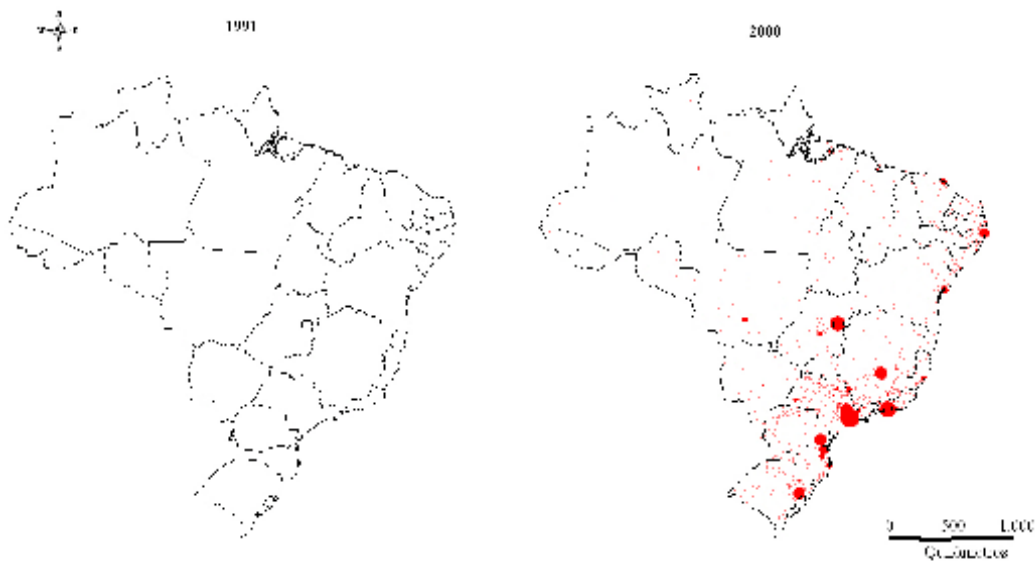
Figura 5 Quociente Locacional Ajustado dos serviços de P&D, para os municípios brasileiros 1991-2000



⁹ Novamente o QLA dos serviços de reparo e manutenção destacam um município de menos de 1000 habitantes, no ano de 2000, a saber: o município de Trindade (PE).

A Figura 5¹⁰ apresenta a distribuição das atividades de P&D no território brasileiro. Como se pode observar estas atividades apresentam uma estrutura bastante concentrada, se distribuindo de forma bastante pontual pelo país. Entre 1991 e 2000 observa-se uma pequena dispersão destas atividades, muito embora se perceba um movimento de concentração na região centro-sul, particularmente no sudeste.

Figura 6 - Quociente Locacional Ajustado dos serviços de informática, para os municípios brasileiros - 1991 2000



A Figura 6 apresenta a distribuição das atividades de informática. Pela impossibilidade de se desagregar o setor de informática para o ano de 1991 não foi possível a confecção do mapa relativo a este ano. Pode-se observar que estas atividades apresentam um alto grau de concentração, sendo que as mesmas se restringem às metrópoles da região centro-sul e interior paulista. As demais localidades apresentam resultados bastante baixos, apenas 18 municípios apresentam QLAs acima de 0,50. Destacam-se os municípios de São Paulo, com um QLA de 2,34, Rio de Janeiro, 1,80, Brasília, 1,45, São Bernardo do Campo, 1,44, e Belo Horizonte, 1,27.

¹⁰ No caso do serviços de P&D novamente comparecem municípios pequenos com QLAs de destaque, casos de Santo Antônio de Goiás (GO), Coronel Pacheco (MG), Cosmópolis (SP), Seropédica (RJ) e Capão do Leão (RS).

Figura 7 - Quociente Locacional Ajustado dos serviços de intermediação de bens, direitos e mão de obra, para os municípios brasileiros - 1991-2000

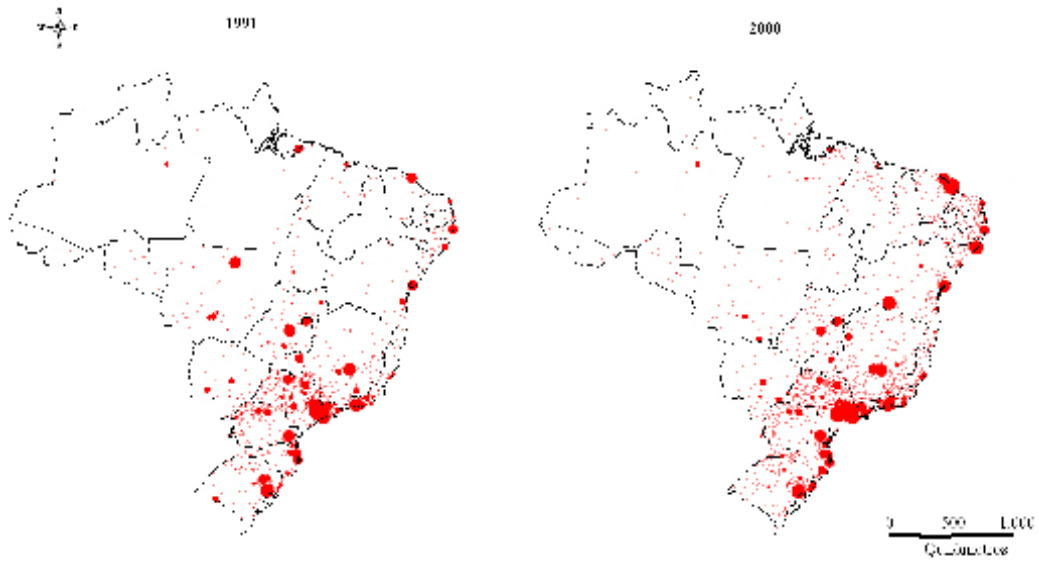


Figura 8 - Quociente Locacional Ajustado dos serviços de assessoria e consultoria, para os municípios brasileiros - 1991-2000

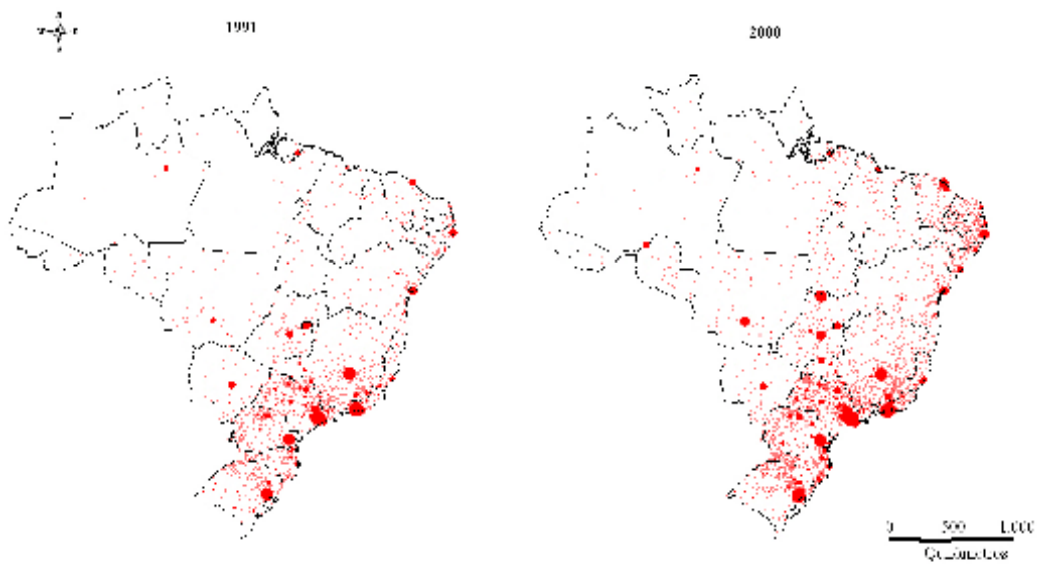
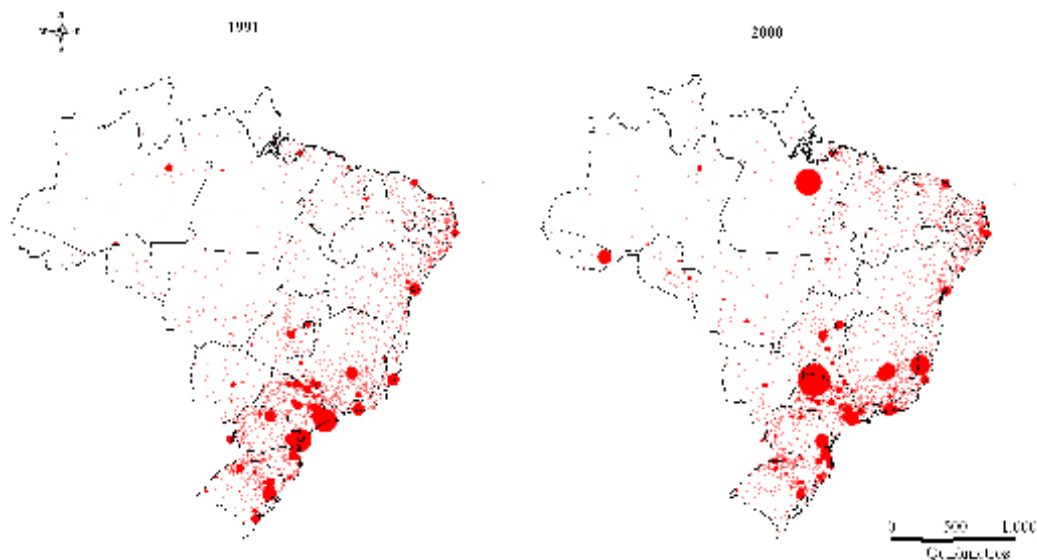


Figura 9 Quociente Locacional Ajustado dos outros serviços produtivos, para os municípios brasileiros 1991-2000



A distribuição das atividades de intermediação de bens, direitos e mão-de-obra são apresentadas na Figura 7¹¹. Tal como a maioria dos serviços produtivos, os serviços de intermediação apresentam uma estrutura concentrada, espacialmente restrita. Porém, ao contrário dos serviços de informática, por exemplo, estes serviços apresentam maior penetração no território brasileiro, sobretudo através das metrópoles regionais. De 1991 a 2000, observa-se um movimento de concentração na região centro-sul de forma mais generalizada, bem como um fortalecimento das metrópoles regionais, sobretudo as do nordeste. Destaca-se a ascensão de Maceió que apresentam em 2000 um QLA de 1,40. Além disso São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte se destacam na região centro-sul, e Fortaleza no nordeste.

A Figura 8¹² apresenta a distribuição das atividades de assessoria e consultoria. Estas atividades, assim como as atividades de intermediação, parecem caminhar para a consolidação de um espaço de maior generalização na região sudeste, além do

¹¹ Nos QLAs relativos às atividades de intermediação aparecem novamente em posição de destaque municípios pequenos, caso dos municípios de Sarapuí (SP) e Fortim (CE).

¹² Dentre os QLAs das atividades de assessoria e consultoria percebe a presença, em destaque, do município de Porangatú (GO), mais um município pequeno e pouco diversificado.

fortalecimento das metrópoles regionais. Destaca-se a queda de concentração de São Paulo que passa de um QLA de 1,66, em 1991, para um de 1,50. As demais metrópoles do sudeste também perdem em concentração, à exceção de Curitiba que passa de um QLA de 1,17 em 1991, para um de 1,25 em 2000.

A distribuição dos outros serviços produtivos pode ser observada na Figura 9¹³. Estas atividades são de difícil discriminação, dado o seu caráter residual. De qualquer forma elas seguem, em grande medida, a mesma lógica dos serviços produtivos de modo geral, com forte concentração na região centro-sul. Destacam-se as metrópoles da mesma região, além das metrópoles regionais e outras localidades inseridas mais diretamente no complexo industrial brasileiro.

4.2.2 A distribuição dos serviços distributivos

Tal como os serviços produtivos, os serviços distributivos relacionam-se diretamente ao sistema produtivo, agindo de forma complementar, o que se reflete em estruturas mais concentradas, restrita aos contextos produtivos.

Tendo em vista estas características relativas aos serviços distributivos, percebemos que estes apresentam uma estrutura mais desconcentrada e dispersa se comparada à estrutura total dos serviços produtivos. Expressam o sistema de distribuição no território nacional como um todo e demonstram que a rede de serviços distributivos é uma rede relativamente horizontalizada, com centralidades dispersas. Apesar de sua distribuição menos concentrada, característica que vem evoluindo, conforme veremos a seguir, as metrópoles em escala nacional e/ou regional continuam tendo papel preponderante em sua estruturação espacial.

Desta forma, conforme pode-se observar na Tabela 8, a estrutura menos concentrada dos serviços distributivos reflete-se em QLA's relativamente baixos, nenhum município atinge a unidade. Dentre os dez municípios melhor colocados, todos são metropolitanos, seja em escala nacional ou regional, sendo que nove deles são núcleos de metrópole e um faz parte da região metropolitana de São Paulo. Embora o maior QLA seja de São

Paulo, destaca-se que, ao contrário dos serviços produtivos, a concentração dos serviços distributivos não se restringe às metrópoles da região centro-sul, aparecendo outras metrópoles regionais, tais como Goiânia, Belém, Manaus, Salvador, Fortaleza, etc. Na evolução entre 1991 e 2000, destaca-se a emergência de Goiânia, Campinas e Guarulhos.

Tabela 8 - Dez maiores Quocientes Locacionais Ajustados dos Serviços Distributivos, dentre os municípios brasileiros - 1991-2000

Serviços Distributivos			
1991		2000	
São Paulo	0.94	São Paulo	0.96
Curitiba	0.87	Curitiba	0.86
Belém	0.85	Goiânia	0.85
Manaus	0.85	Campinas	0.84
Rio de Janeiro	0.83	Guarulhos	0.84
Fortaleza	0.83	Rio de Janeiro	0.83
Belo Horizonte	0.80	Salvador	0.82
Salvador	0.78	Fortaleza	0.82
Goiânia	0.78	Belo Horizonte	0.78
Guarulhos	0.78	Belém	0.77

Fonte: Elaboração própria a partir de microdados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000.

Analisando agora a Figura 10, confirma-se que a distribuição dos serviços distributivos se dá de forma menos concentrada do que os serviços produtivos, o que garante um mercado doméstico integrado, ainda que bastante diferenciado.

Embora isso se dê de forma tímida, o Mapa 2 demonstra um movimento de relativa desconcentração dos serviços distributivos entre 1991 e 2000, com o CMP deslocando-se de forma a se afastar do município de São Paulo, utilizado aqui como ponto de referência.

¹³ Por seu próprio caráter residual destas atividades, vários municípios pequenos alcançaram posição de destaque dentre seus QLAs, caso dos municípios de Pacajá (PA), Pancas (ES) e Nova União (MG).

Figura 10 - Quociente Locacional Ajustado dos serviços distributivos, para os municípios brasileiros 1991-2000

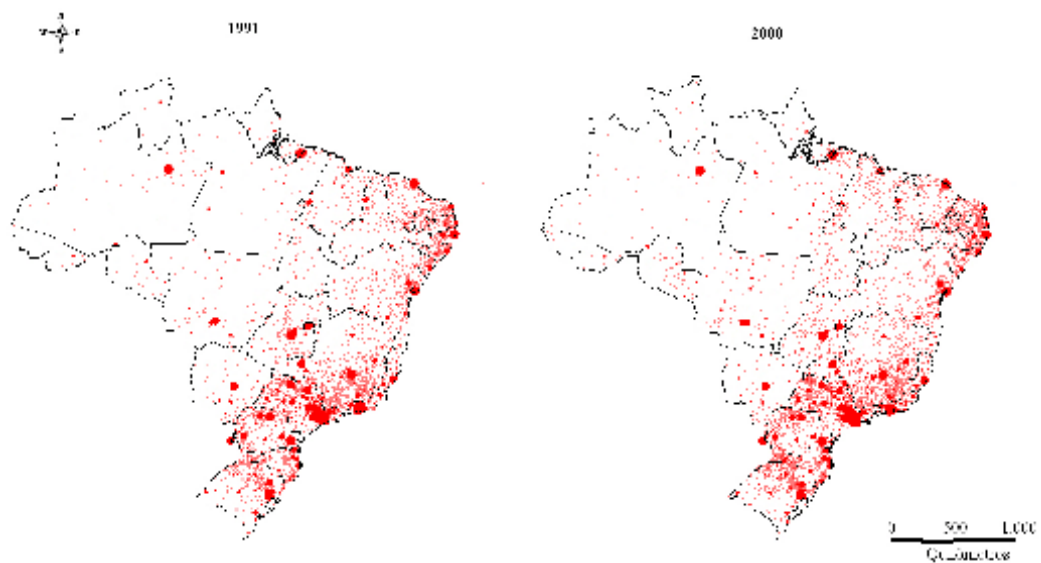
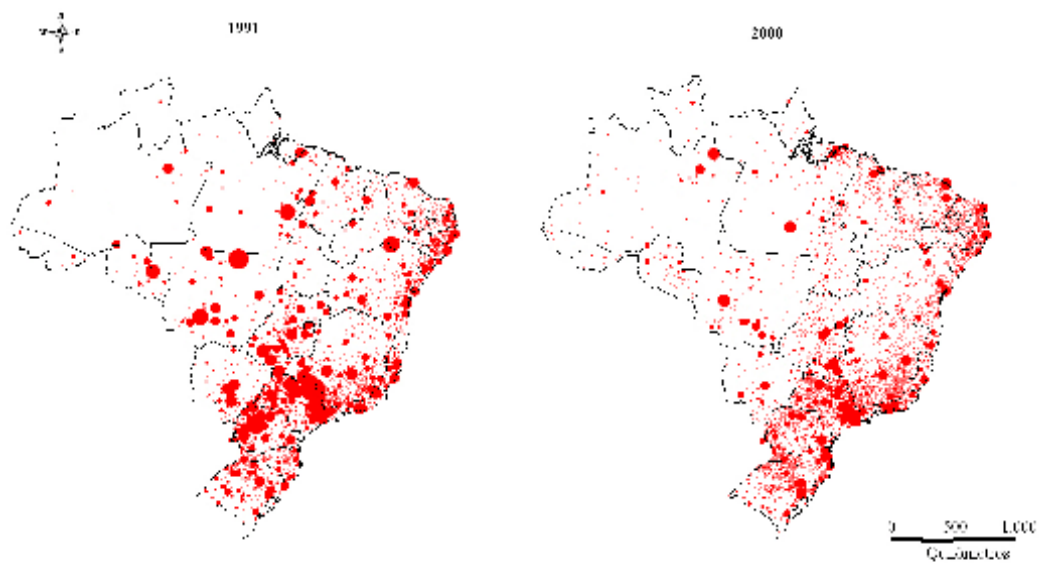
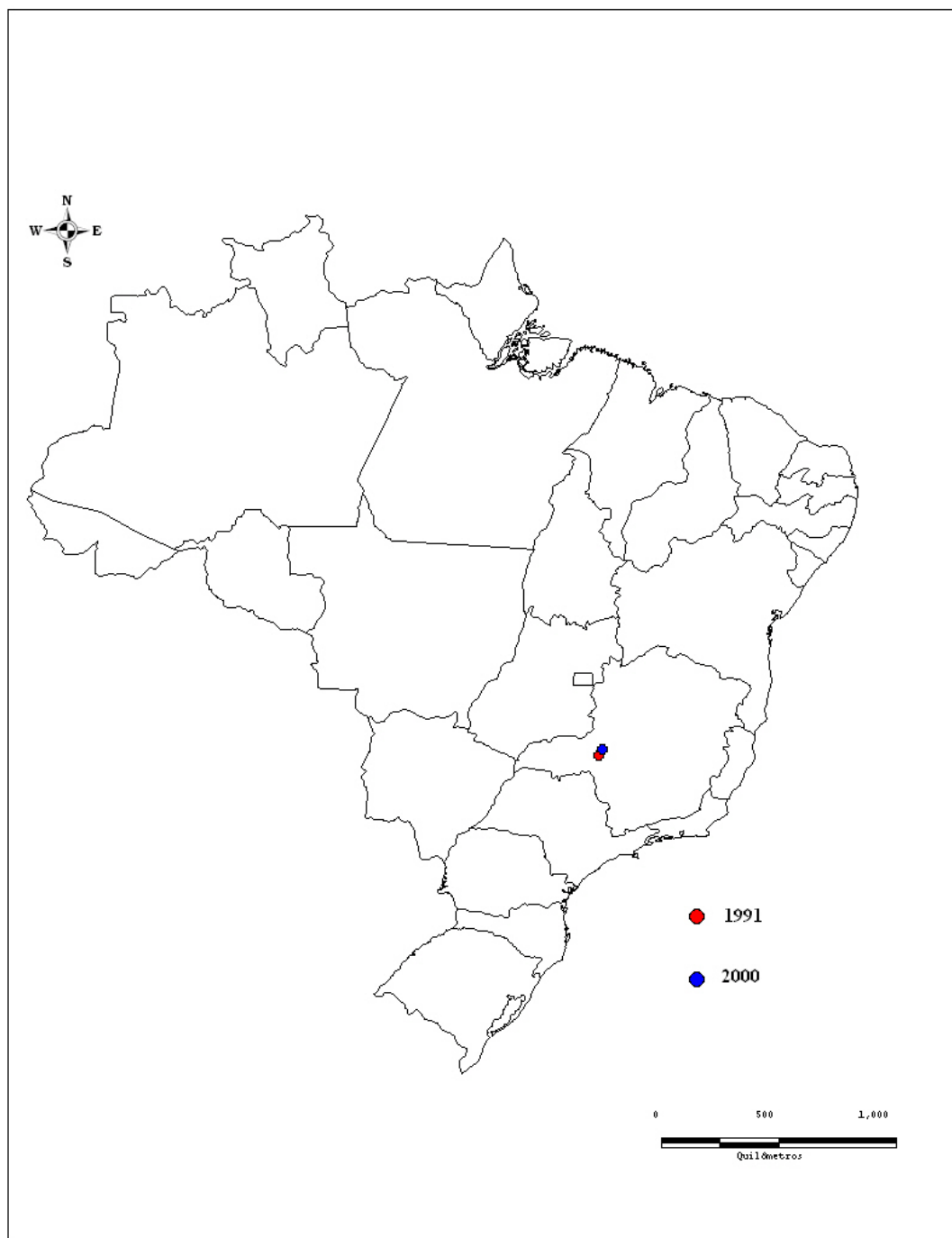


Figura 11 - Quociente Locacional Ajustado do comércio atacadista, para os municípios brasileiros 1991-2000



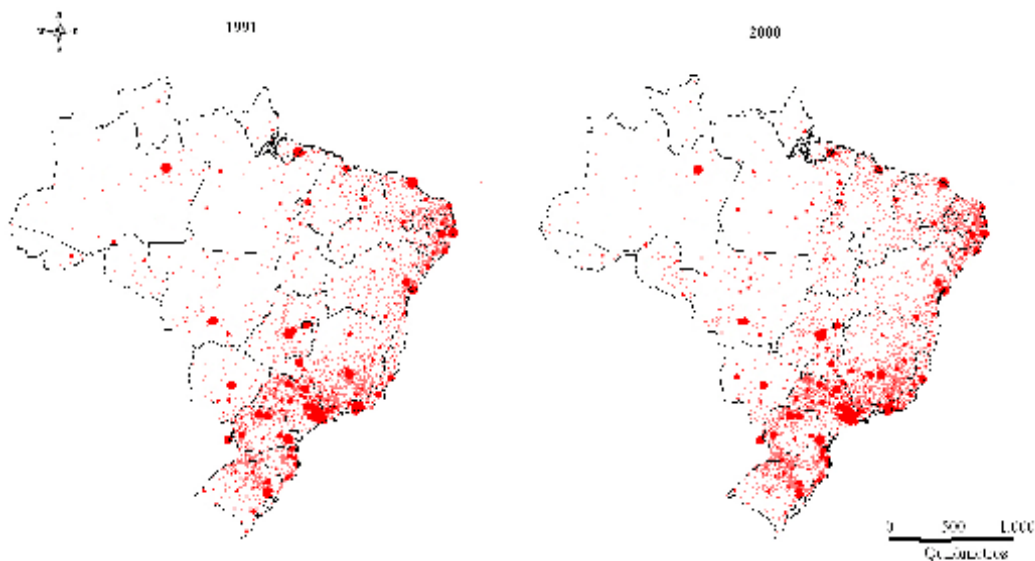
**Mapa 2 - Centro Médio Ponderado do Quociente Locacional Ajustado dos Serviços Distributivos
1991-2000**



As Figuras 11 a 14 apresentam os grupos de atividade que agregam os serviços distributivos. Destacam-se dois grupos distintos as atividades ligadas ao comércio e transportes que apresentam uma maior capilaridade e as atividades ligadas às comunicações que apresentam maior concentração. Destaca-se ainda a formação de pequenas centralidades espalhadas pelo território brasileiro geralmente ligadas ao comércio atacadista.

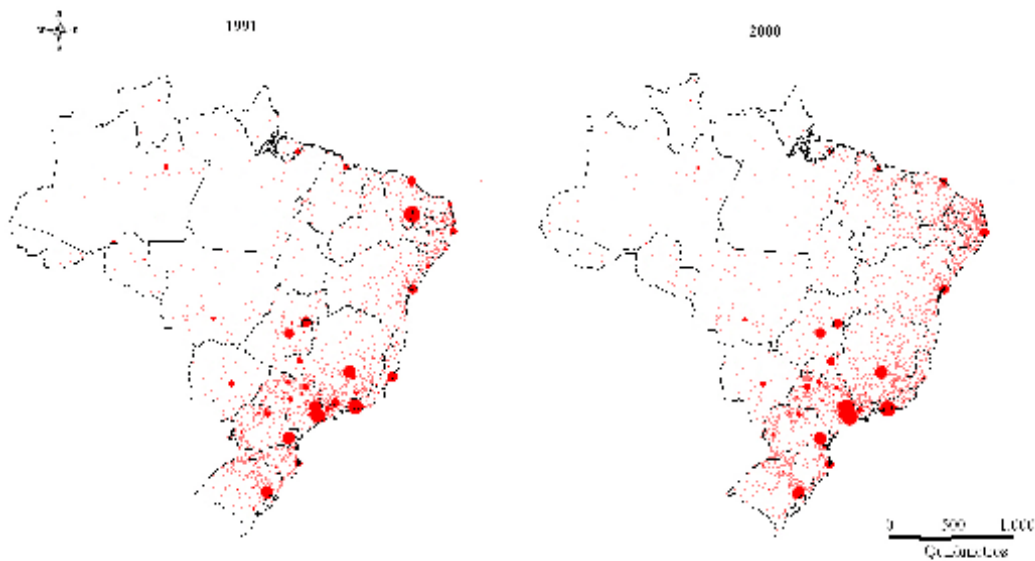
A Figura 11 apresenta a distribuição das atividades ligadas ao comércio atacadista. Estas atividades, ligadas diretamente ao sistema distribuição de mercadorias, apresentam uma grande dispersão no território, ainda que esta dispersão se dê através de centros regionais relativamente concentrados, sobretudo no ano 1991. Entre 1991 e 2000 observa-se uma certa “capilarização” destas atividades, com a diminuição da concentração de seus centros regionais, o que reflete em QLAs menores em 2000. Além disso, a rede de atividades atacadistas cresce como um todo, tornando-se ainda mais dispersa. Destacam-se metrópoles e centros regionais maiores e menores, como Fortaleza, Curitiba, Salvador, Uberlândia(MG), Governador Valadares(MG), Uruará (AM), São Félix do Xingú (PA) e Campo Novo do Parecis (MT).

Figura 12 Quociente Locacional Ajustado do comércio varejista, para os municípios brasileiros 1991-2000



A Figura 12 apresenta a distribuição do comércio varejista. O que se observa é uma distribuição que, embora seja dispersa, pontuando o país por inteiro, apresenta centros muito bem definidos, concentrando-se nas metrópoles nacionais e regionais, em função, sobretudo, dos mercados consumidores finais. Contudo, esta concentração é relativa, sendo que em 2000 estas atividades não apresentaram nenhuma atividade com um QLA acima da unidade. Entre 1991 e 2000, estes serviços, que já têm uma alta capilaridade, parecem não ter modificado muito sua estrutura espacial. Destaca-se a ascensão, de Goiânia e São Paulo, que passam de QLAS de 0,90 e 0,92, respectivamente, em 1991, para 0,99 e 0,97 em 2000.

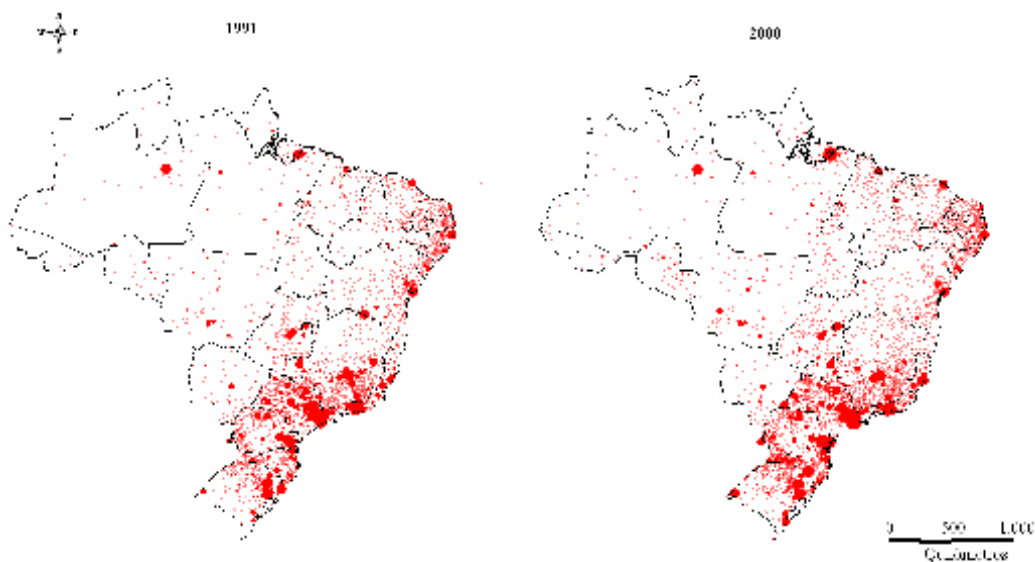
Figura 13 Quociente Locacional Ajustado dos serviços de comunicação, para os municípios brasileiros 1991-2000



A Figura 13¹⁴ apresenta a distribuição das atividades de comunicação. Estas atividades demonstram ser as de maior concentração dentre os serviços distributivos, e sua distribuição bastante restrita, sobretudo na região centro-sul, particularmente em suas metrópoles. Este cenário parece se manter, e até se aprofundar, entre os anos de 1991 e

2000. Destacam-se os municípios de São Paulo, Campinas e Rio de Janeiro que apresentam os 3 maiores QLAs no ano de 2000, estes passaram de 1,56, 1,11 e 1,62, respectivamente, em 1991, para 1,98, 1,91 e 1,75 em 2000.

Figura 14 Quociente Locacional Ajustado dos serviços de transporte, para os municípios brasileiros 1991-2000



A distribuição das atividades de transporte pode ser observada na Figura 14. Estas atividades apresentam uma grande penetração no território, dando base aos fluxos de pessoas e mercadorias. No entanto, estas atividades de transporte apresentam uma alta concentração na região centro-sul, sobretudo em importantes equipamentos de transporte, o que explica o destaque dos municípios de Guarulhos, Santos, Belém e Paranaguá eram 1,52, 0,63, 0,73 e 0,19, respectivamente no ano de 1991, e passam a 1,75, 1,60, 1,47 e 1,26 em 2000.

¹⁴ Dentre os serviços de comunicação no ano de 2000 aparece em destaque o QLA do município de Santa Helena (PB), de população de apenas 6170 habitantes, mais um caso de municípios pequenos e

4.2.3 A distribuição dos serviços pessoais

Estes são os serviços mais heterogêneos, por reunir atividades com características diversas conforme os grupos que o compõem. Tantos os serviços pessoais como os serviços sociais, por relacionarem-se a demandas finais, apresentam estruturas relativamente mais desconcentradas, refletindo a própria dispersão da população no território brasileiro. Apesar destes serviços apresentarem uma distribuição mais dispersa com relação aos serviços distributivos, ostentam centralidades mais robustas que os distributivos, onde se destacam as metrópoles regionais e nacionais, sobretudo a região metropolitana do Rio de Janeiro. Além disso, estas atividades têm apresentado um movimento de “desconcentração concentrada” (ver DINIZ, 1993), reflexo do fortalecimento das metrópoles principais, as da região centro-sul, e do conseqüente aumento da renda urbana de suas regiões. É provável que o desenvolvimento desses serviços nessas localidades centrais passa a ser mesmo pré-condição à fixação de mão-de-obra com grau elevado de qualificação.

Assim, os QLA`s demonstram sua dispersão através de concentrações relativamente pequenas, com apenas dois resultados acima da unidade em 1991 e um em 2000, como pode ser visto na Tabela 9. Destacam-se metrópoles regionais com bons resultados como Salvador, Manaus, Fortaleza, etc., além da região metropolitana do Rio de Janeiro, onde se destaca o núcleo, município do Rio de Janeiro, além de outros três municípios pertencentes à região metropolitana, a saber: Duque de Caxias, Nova Iguaçu e São Gonçalo.

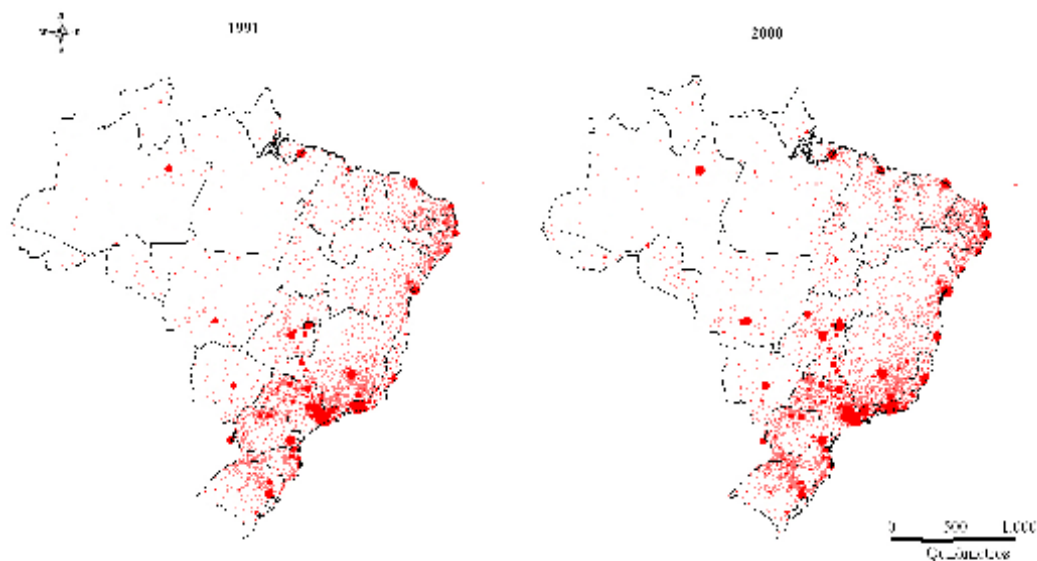
Na evolução entre 1991 e 2000, salienta-se o caso de Salvador, sendo o único QLA a ultrapassar a unidade em 2000. O município do Rio de Janeiro ganha importância frente a uma relativa perda de importância de São Paulo. Além disso, tal como já foi mencionado, municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro ganham importância. Cabe ressaltar ainda, a entrada de Manaus dentre os dez melhores colocados.

Tabela 9 - Dez maiores Quocientes Locacionais Ajustados dos Serviços Pessoais, dentre os municípios brasileiros - 1991-2000

Serviços Pessoais			
1991		2000	
Nova Iguaçu	1.09	Salvador	1.01
São Paulo	1.07	Rio de Janeiro	0.95
Rio de Janeiro	0.89	São Paulo	0.92
Salvador	0.84	Duque de Caxias	0.88
Belo Horizonte	0.73	Nova Iguaçu	0.86
Curitiba	0.70	Curitiba	0.83
Fortaleza	0.67	Belo Horizonte	0.82
Porto Alegre	0.66	Fortaleza	0.81
Duque de Caxias	0.66	São Gonçalo	0.78
Brasília	0.64	Manaus	0.76

Fonte: Elaboração própria a partir de microdados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000.

Figura 15 - Quociente Locacional Ajustado dos serviços pessoais, para os municípios brasileiros 1991-2000



Observando a Figura 15, percebe-se que este setor apresenta uma leve expansão, reforçando pequenas centralidades nas regiões de fronteira de ocupação, tal como nas regiões norte e centro-oeste. Isto acontece porque estes serviços são compostos, em sua maioria, por SIRU's dando base à fixação dessas novas populações, na expansão da ocupação do território nacional.

Apesar dessa expansão da rede de serviços pessoais, analisando o movimento da concentração destas atividades, o que se observa é um movimento de reforço da concentração da rede analisada como um todo, como pode ser visto no Mapa 3, em que o CMP desloca-se em direção ao município de São Paulo. A explicação para isso passa pela manutenção do desenvolvimento metropolitano, sobretudo aquele relacionado às metrópoles da região centro-sul, e o conseqüente aumento da renda urbana destes aglomerados, que continuam a aglutinar estes serviços nestas localidades, sobretudo através de atividades qualitativamente melhores, com um maior nível de valor agregado, impactando sobre a distribuição da massa salarial destas atividades. Mais do que isso, estas atividades passam a ser pré-condição à fixação de mão-de-obra com um nível maior de especialização, ponto fundamental do atual desenvolvimento metropolitano.

As figuras 16 a 23 apresentam os resultados desagregados pelos grupos de atividade componentes do setor de serviços pessoais. Dentre eles pode se observar alguns grupos ligados ao turismo, como é o caso dos serviços de turismo mais especificamente e os serviços de alojamento, estes apresentam uma distribuição estruturada em concentrações pontuais, sendo possível identificar uma forte presença litorânea. Destaca-se também a alta concentração dos serviços de entretenimento, diretamente relacionados a uma demanda diferenciada das localidades de maior centralidade.

Mapa 3 - Centro Médio Ponderado do Quociente Locacional Ajustado dos Serviços Pessoais - 1991-2000

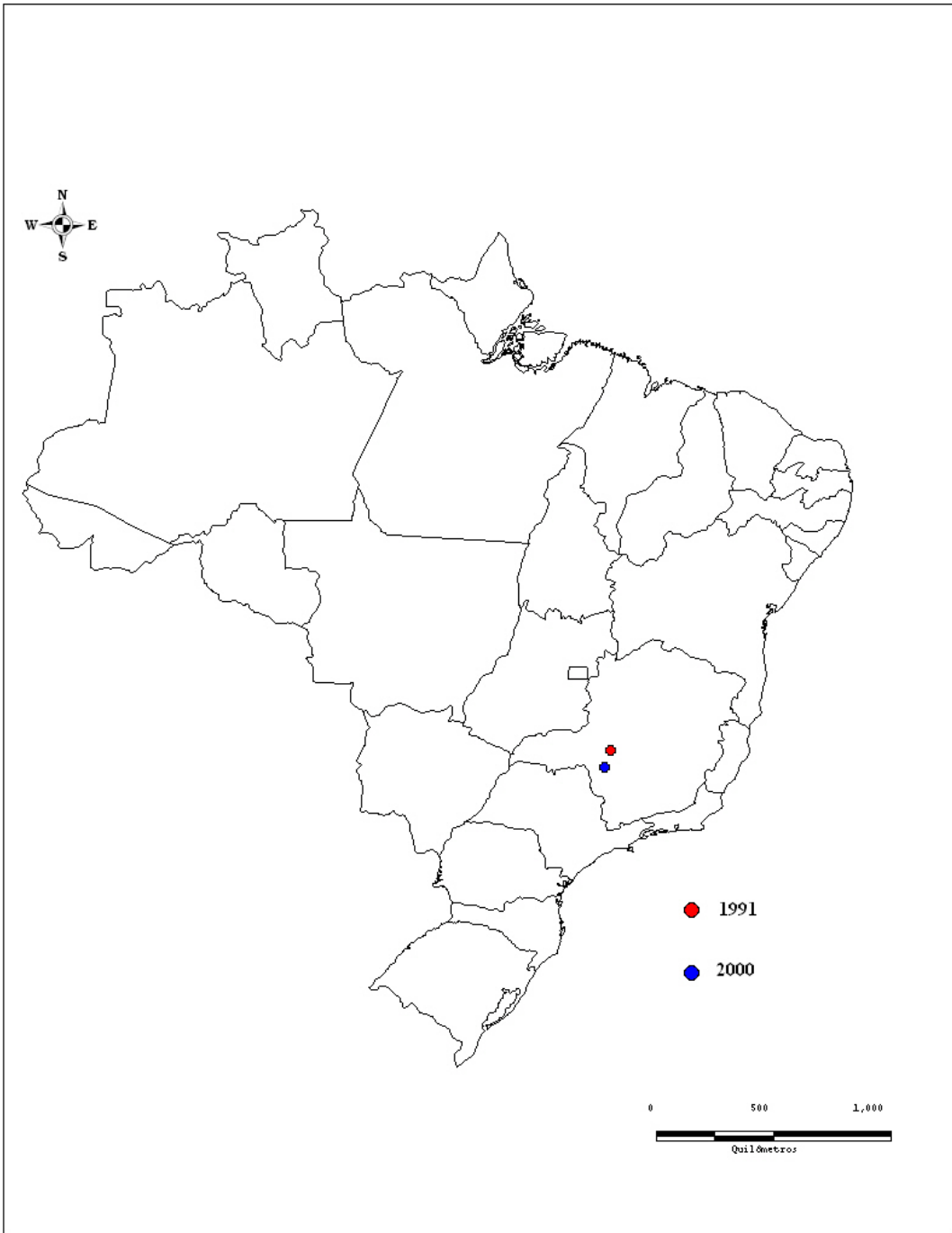


Figura 16 - Quociente Locacional Ajustado dos serviços de alojamento, para os municípios brasileiros 1991-2000

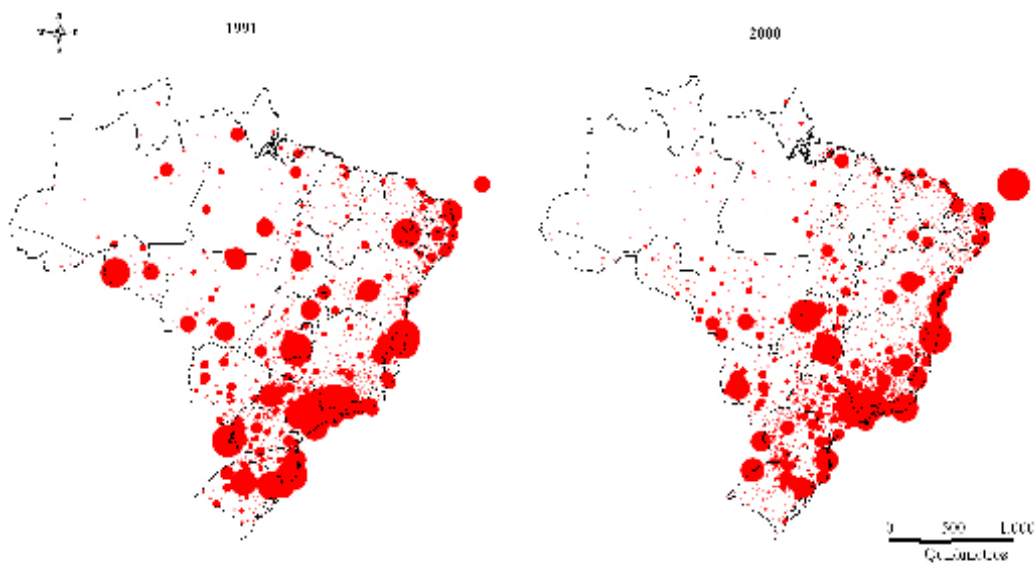
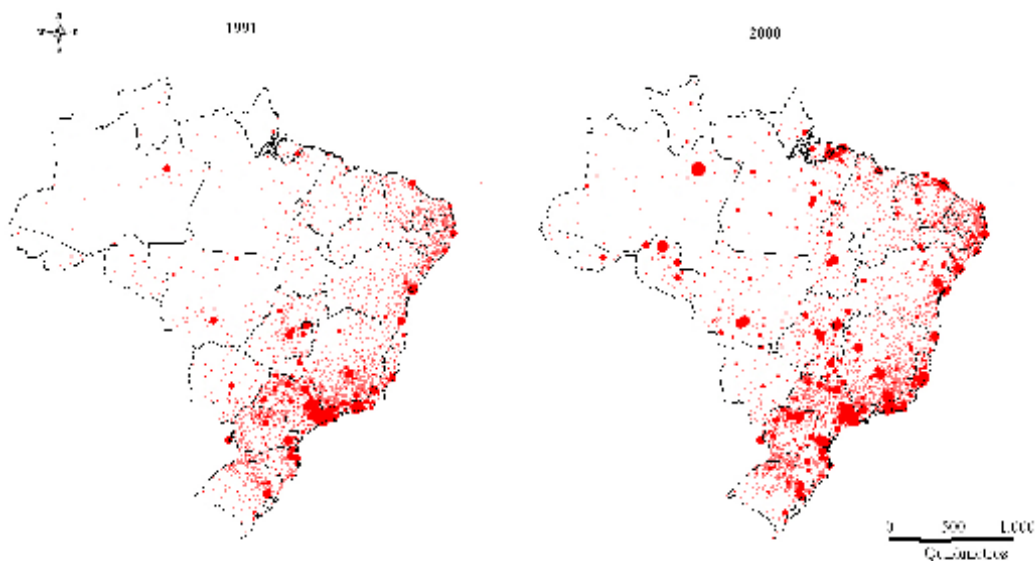
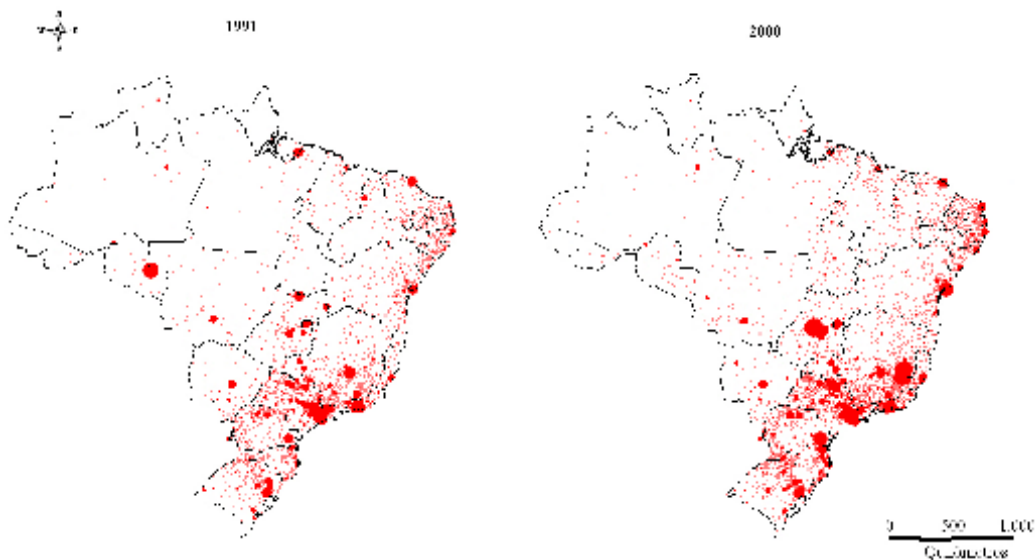


Figura 17 - Quociente Locacional Ajustado dos serviços de alimentação, para os municípios brasileiros 1991-2000



A Figura 16 apresenta a distribuição das atividades de alojamento. Como se pode perceber, apesar de apresentar uma distribuição dispersa, estas atividades apresentam centralidades bastante concentradas, em função, sobretudo, de localidades de alta rotatividade turística. Embora seja possível perceber um movimento de desconcentração entre 1991 e 2000, este movimento é bastante tímido, dado a estrutura destas atividades. Destacam-se os municípios de Porto Seguro, Fernando de Noronha, Armação de Búzios, etc.

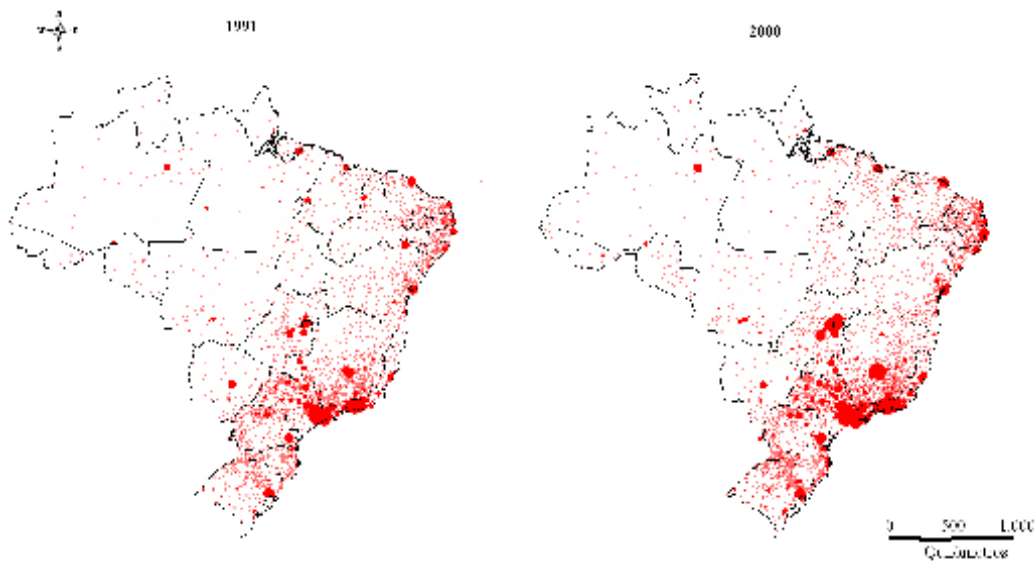
Figura 18 - Quociente Locacional Ajustado dos serviços de higiene pessoal e destreza física, para os municípios brasileiros - 1991-2000



A distribuição dos serviços de alimentação pode ser observada na Figura 17. Estas atividades apresentam-se bastante dispersas. Dispersão está que se intensifica entre 1991 e 2000. Apesar desta estrutura, o contexto metropolitano se impõe, de forma que destacam-se alguns núcleos metropolitanos regionais, caso de Manaus, Belém, Brasília e Curitiba, bem como alguns centros regionais como Jundiaí (SP), Juiz de Fora (MG) e Feira de Santana (BA).

Na Figura 18¹⁵ é apresentada a distribuição das atividades de higiene pessoal e destreza física. Estas atividades apresentam uma estrutura relativamente concentrada, concentração que parece aumentar entre 1991 e 2000, sobretudo na região centro-sul. Destaca-se o crescimento do município de Curitiba que passa de 0,85 para 1,49 entre 1991 e 2000.

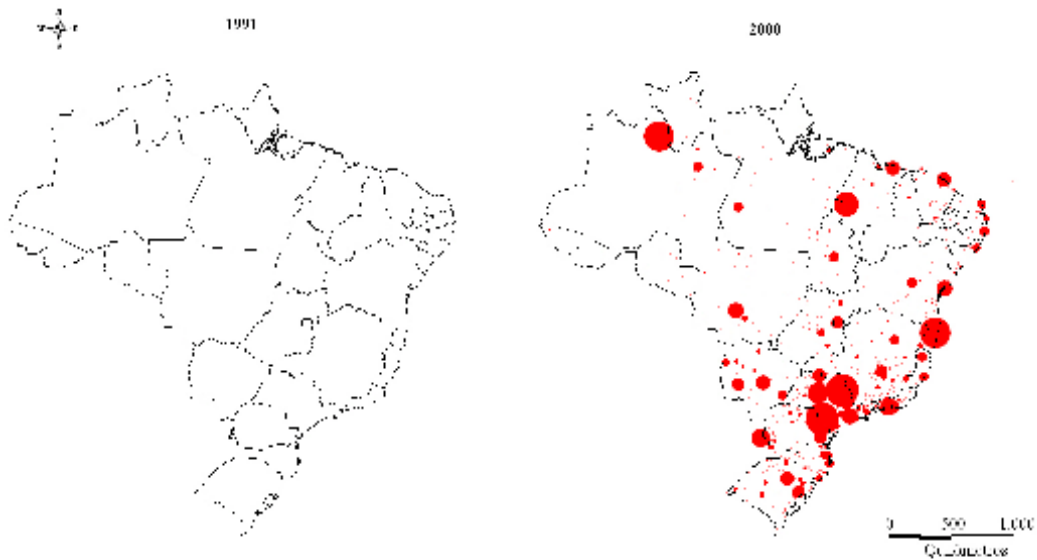
Figura 19 - Quociente Locacional Ajustado dos serviços de limpeza e higienização, para os municípios brasileiros 1991-2000



A Figura 19 apresenta a distribuição das atividades de limpeza e higienização. Estas demonstram uma alta concentração, restringindo-se espacialmente a contextos metropolitanos, sobretudo no sudeste. De 1991 a 2000 esta estrutura parece ter se intensificado. Contudo, apesar destas atividades se concentrarem nas metrópoles elas se localizam marginalmente nas mesmas, ou seja, em municípios componentes da região metropolitana, não nos núcleos metropolitanos. Este é o caso de Duque de Caxias, Belford Roxo e Nova Iguaçu, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Esmeraldas e Ribeirão das Neves na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

¹⁵ Dentre os QLAs destas atividades comparecem município muito pequenos, como Cacoal (RO), Itaberai

Figura 20 Quociente Locacional Ajustado dos serviços de turismo, para os municípios brasileiros 1991-2000



Na Figura 20¹⁶ apresenta-se a distribuição das atividades de turismo. Tal como as atividades de informática, componentes dos serviços produtivos, não foi possível desagregar as atividades de turismo para o ano de 1991. Percebe-se que estas atividades se distribuem de forma pontual pelo território brasileiro, com centralidades bastante concentradas. Destaca-se Porto Seguro, Foz do Iguaçu, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo.

(GO) e Imbé de Minas (MG).

¹⁶ Novamente aparecem em destaque entre os QLAs destas atividades, municípios pequenos e muito especializados, caso de Santa Rosa de Viterbo (SP), Itabera (SP), Barcelos (AM) e Montes Altos (MA).

Figura 21 - Quociente Locacional Ajustado dos serviços de vigilância e segurança, para os municípios brasileiros 1991-2000

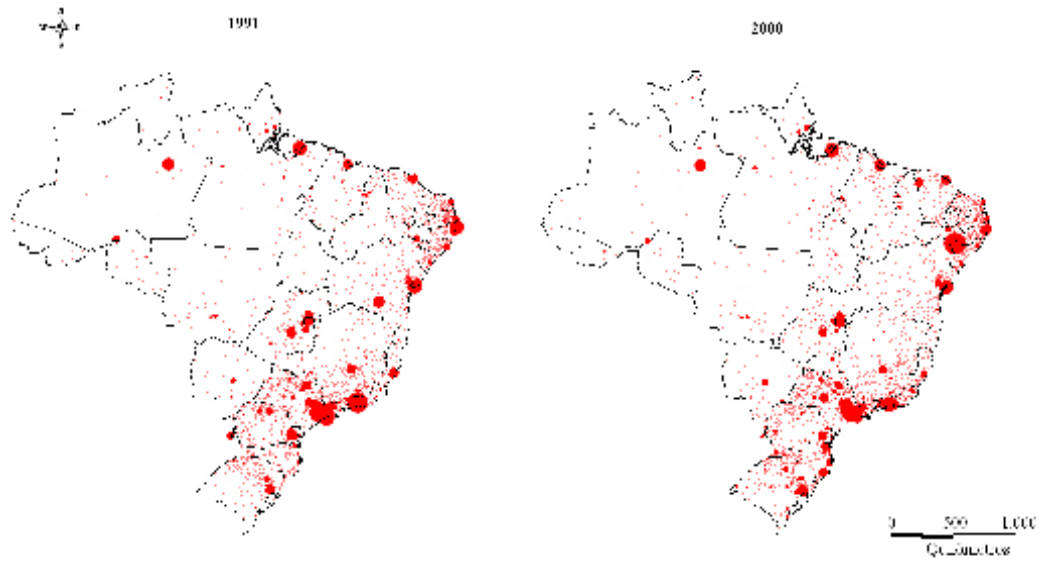
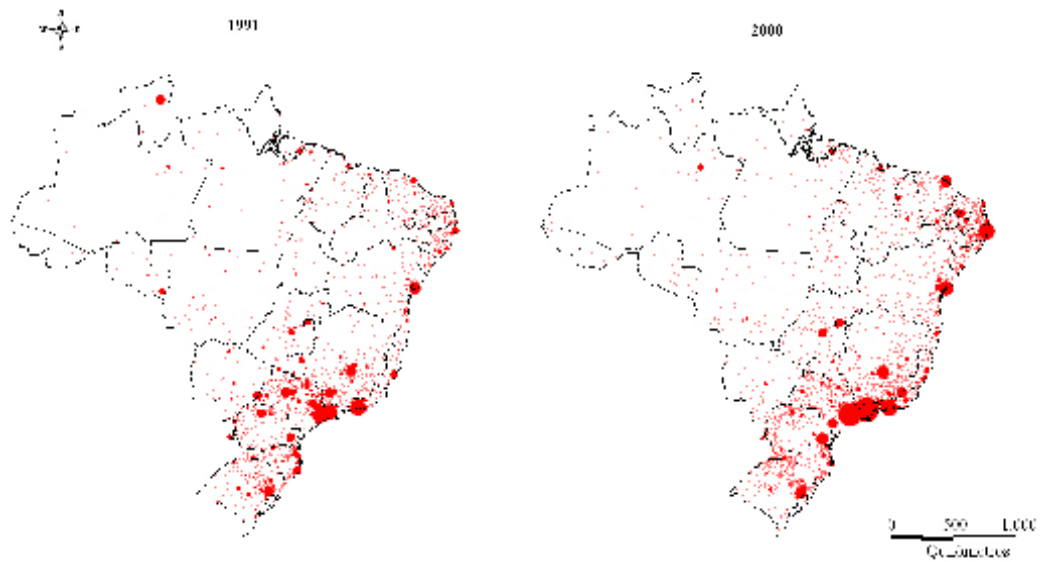


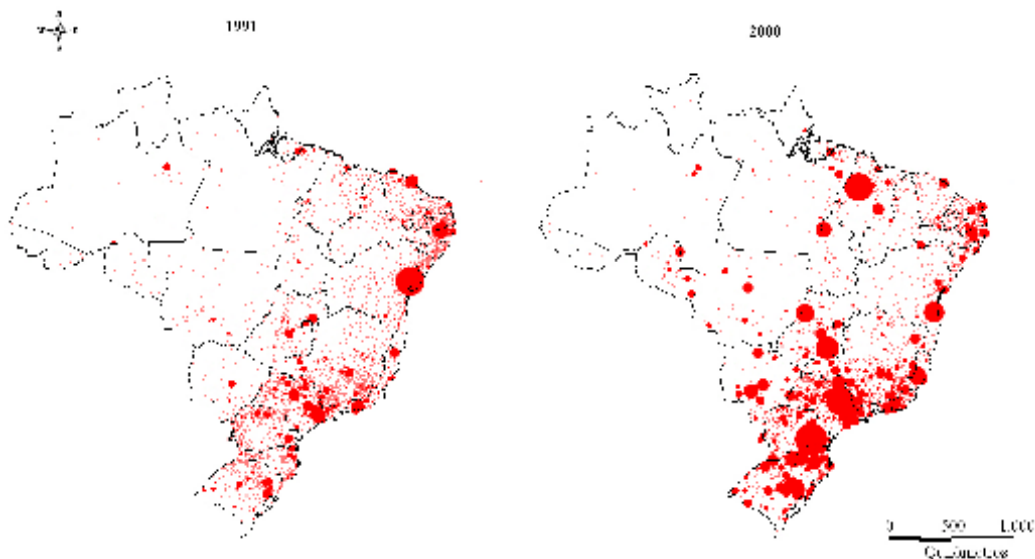
Figura 22 - Quociente Locacional Ajustado dos serviços de entretenimento, para os municípios brasileiros - 1991-2000



Na Figura 21¹⁷ é apresentada a distribuição das atividades de vigilância e segurança. Percebe-se que estas atividades apresentam uma configuração espacial bastante concentrada, sobretudo nas metrópoles da região centro-sul, particularmente na Região Metropolitana de São Paulo e seu entorno. Desta forma destacam-se municípios da Região Metropolitana de São Paulo, como Carapicuíba, Barueri, Mauá, Osasco e o próprio município de São Paulo, além de outras metrópoles regionais como Salvador e Belém.

A distribuição das atividades de entretenimento são apresentadas na Figura 22. O que se percebe é que estas atividades apresentam uma alta concentração, restringindo-se espacialmente às metrópoles do sudeste, particularmente nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Outras metrópoles regionais também comparecem, como Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza e Porto Alegre. Esta concentração parece aumentar entre 1991 e 2000.

Figura 23 - Quociente Locacional Ajustado dos outros serviços pessoais, para os municípios brasileiros - 1991-2000



¹⁷ Dentre os resultados das atividades de vigilância e segurança comparece em destaque o município de Inhapi (AL), município com menos de 20000 habitantes.

A Figura 23 apresenta a distribuição espacial dos outros serviços pessoais. Vale lembrar que os serviços pessoais são os mais heterogêneos dentre a tipologia de serviços aqui utilizada, de forma que seu resíduo é de difícil apreensão. Percebe-se uma mudança muito grande na estrutura destas atividades, o que corrobora sua alta heterogeneidade.

4.2.4 A rede de serviços sociais/coletivos e/ou de utilidade pública

Estes serviços, compostos, em grande medida, pelos serviços relacionados à administração pública e aos serviços sociais, como educação e saúde, apresentam-se como a rede de maior capilaridade dentre os tipos de serviços aqui analisados. Isso reflete a acentuada dependência de grande parte dos municípios brasileiros com relação a estas atividades, que pontuam o território como um todo. Apesar desse grau de dispersão, estas atividades apresentam um alto grau de verticalidade, pela concentração na capital federal e nas capitais estaduais.

Desta forma, dentre os dez municípios melhores colocados, com relação ao QLA destas atividades, com exceção de Niterói todos eram capitais tanto em 1991, quanto em 2000, conforme pode ser observado na Tabela 10. Além disso, em 1991 dentre os dez primeiros colocados nove apresentavam um QLA acima da unidade, enquanto em 2000 todos os dez apresentavam QLA's acima da unidade. Destaque para a liderança de Brasília, que apresenta um pequeno recuo entre 1991 e 2000, passando de um QLA de 1,76 para 1,65, e para a emergência de Porto Alegre.

Passando à Figura 24, observa-se a antes referida capilaridade da rede de serviços sociais e/ou de utilidade pública, com uma distribuição bastante dispersa, porém com várias centralidades espalhadas por todos as unidades da federação, claramente identificáveis como suas capitais, denotando a alta concentração das administrações estaduais e da União, além da diferenciação qualitativa da administração pública como um todo.

Tabela 10 - Dez maiores Quocientes Locacionais Ajustados dos Serviços Sociais, Coletivos e/ou de Utilidade Pública, dentre os municípios brasileiros - 1991-2000

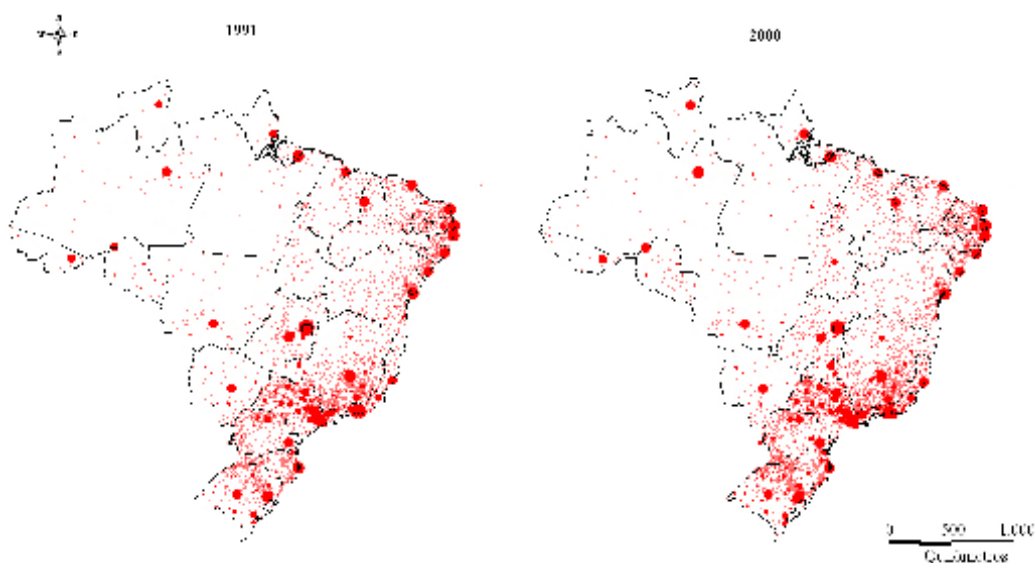
Serviços Sociais e/ou de Utilidade Pública			
1991		2000	
Brasília	1.76	Brasília	1.65
Recife	1.16	Porto Alegre	1.23
Rio de Janeiro	1.13	Recife	1.12
Niterói	1.13	João Pessoa	1.10
Belo Horizonte	1.11	Belo Horizonte	1.09
Porto Alegre	1.11	Rio de Janeiro	1.04
Salvador	1.07	Manaus	1.03
Natal	1.04	Belém	1.03
João Pessoa	1.04	Niterói	1.03
Belém	0.99	Salvador	1.02

Fonte: Elaboração própria a partir de microdados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000.

Ao analisar agora o Mapa 4, que apresenta as atividades ligadas aos serviços sociais, coletivos e/ou de utilidade pública, tomaremos como referência o Distrito Federal¹⁸ e não mais São Paulo, já que este parece ser uma referência melhor no caso específico destas atividades. Desta forma o que se observa é que o CMP se afasta do ponto de referência denotando um movimento de desconcentração destas atividades entre 1991 e 2000, porém esta desconcentração se dá em direção ao sul/sudeste, denotando um desenvolvimento desigual do setor, com ganho de peso da região centro-sul.

¹⁸ Brasília que já foi símbolo do processo de desconcentração e integração do território brasileiro, aparece aqui ao contrário como referência de concentração, o que de certa forma caracteriza o processo de desconcentração relativa do território brasileiro.

Figura 24 - Quociente Locacional Ajustado dos serviços sociais, coletivos e/ou de utilidade pública, para os municípios brasileiros - 1991-2000



Os grupos de atividade, analisados de forma desagregada, podem ser observados nas figuras 25 a 27. A administração pública apresenta concentrações claras nas capitais, muito embora ela tenha grande importância nos municípios como um todo. Os serviços sociais, que representam atividades relacionadas à saúde e educação, muito embora também possam ser encontrados no território como um todo, apresentam uma clara concentração na região centro-sul. O terceiro grupo relaciona-se à atividades associativas, típicas de ambientes mais centrais, em que o grau de complexidade das relações sociais fazem surgir uma gama infindável de formas associativas. Assim estas atividades apresentam um alto grau de concentração, sobretudo em localidades de maior centralidade.

Mapa 4 - Centro Médio Ponderado do Quociente Locacional Ajustado dos Serviços Sociais, Coletivos e/ou de Utilidade Pública - 1991-2000

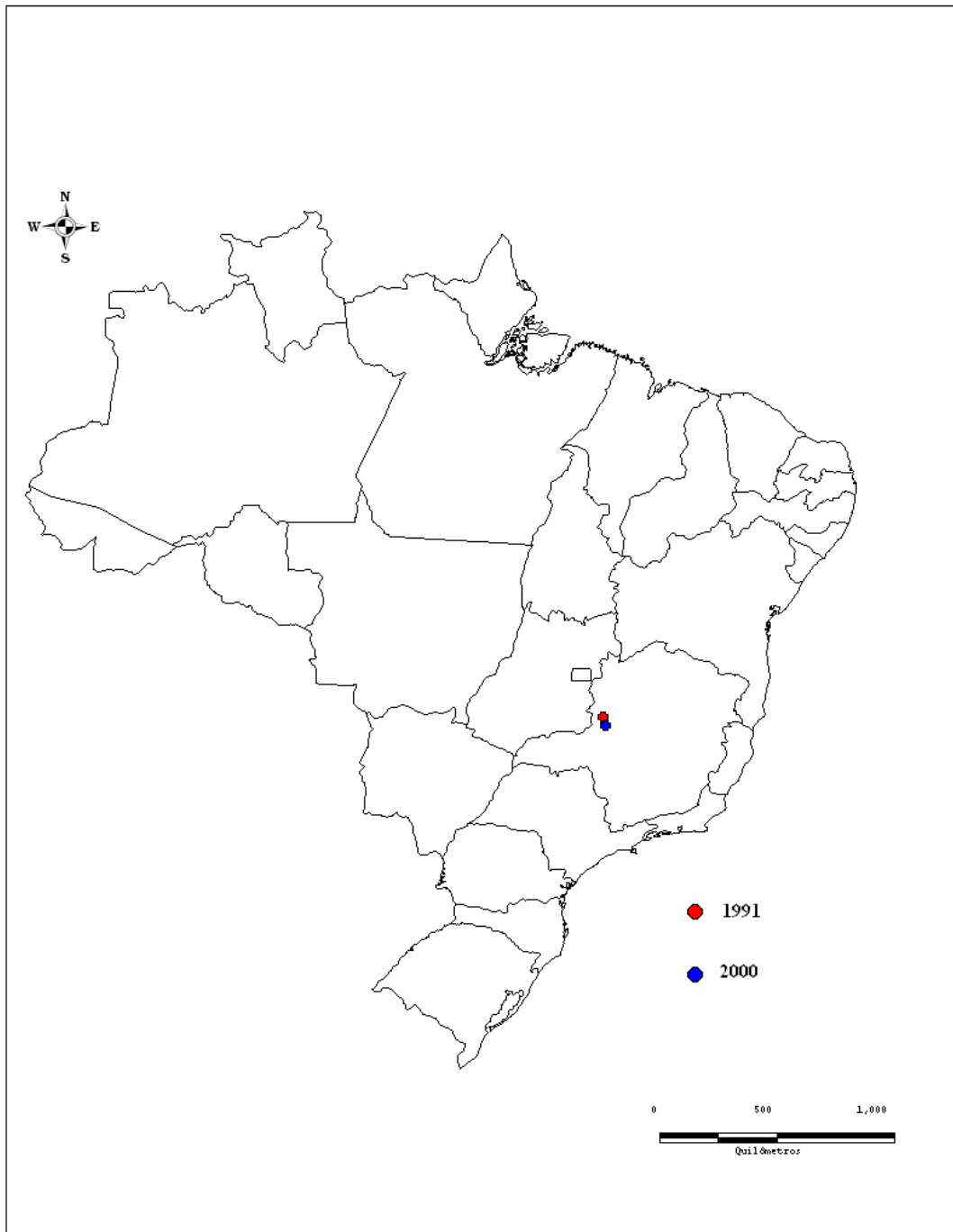


Figura 25 - Quociente Locacional Ajustado da administração pública, para os municípios brasileiros - 1991-2000

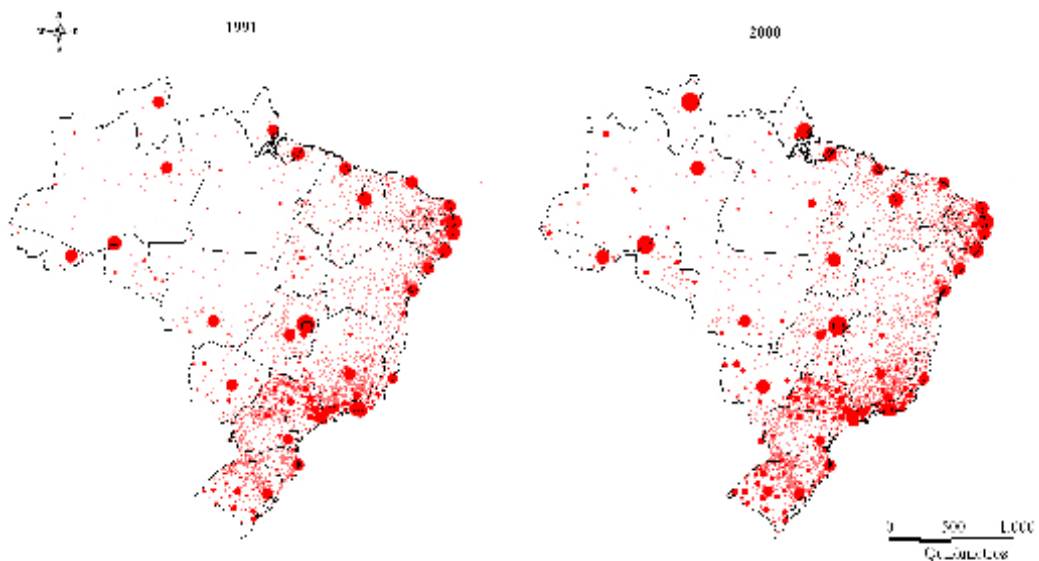


Figura 26 - Quociente Locacional Ajustado dos serviços sociais, para os municípios brasileiros - 1991-2000

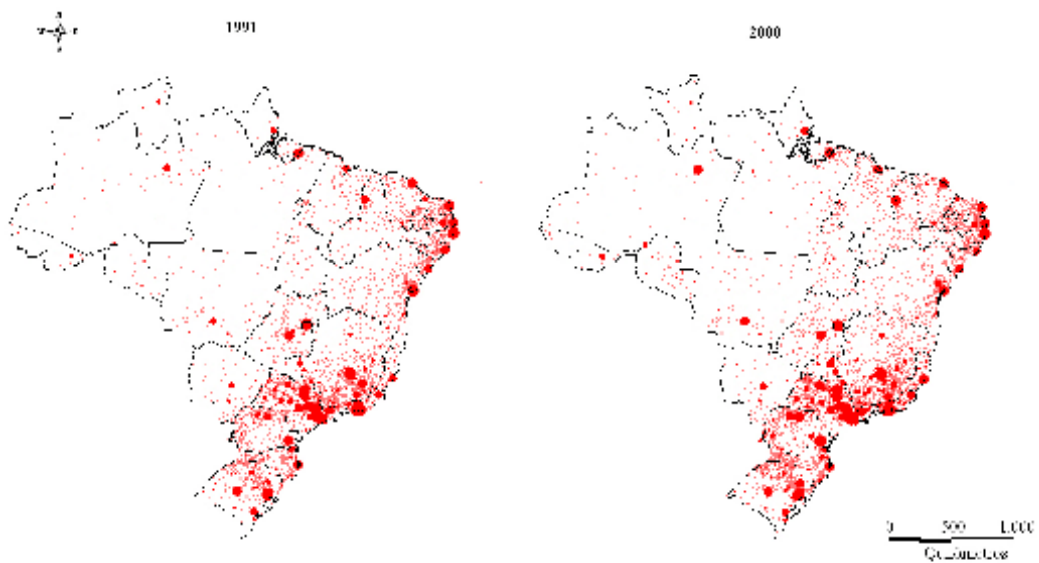
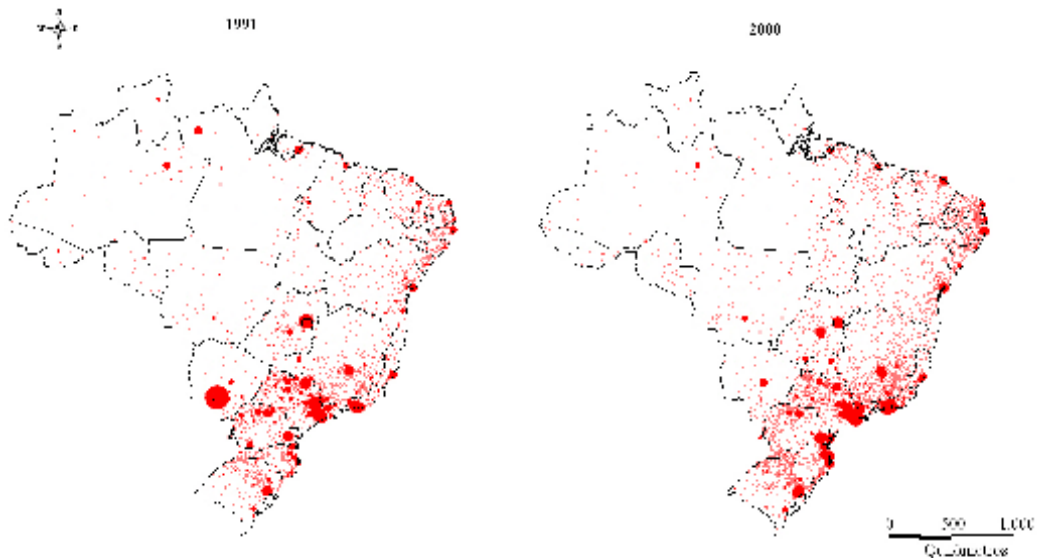


Figura 27 - Quociente Locacional Ajustado dos outros serviços sociais, coletivos e/ou de utilidade pública, para os municípios brasileiros - 1991-2000



Na Figura 25 observa-se a distribuição espacial da administração pública no Brasil. Ainda que estas atividades apresentem um alto grau de capilaridade, percebe-se, nesta distribuição, a forte influência das administrações públicas federais e estaduais, destacando-se a capital federal, Brasília, e as capitais estaduais, sobretudo aquelas do nordeste, norte e centro-oeste, onde a menor diversificação de suas economias reflete em uma maior dependência da administração pública. Entre 1991 e 2000 este quadro se intensifica, denotando também o crescente abismo entre a mão-de-obra empregada nas administrações públicas federal e estadual e mesmo municipal das capitais, frente às prefeituras do interior. Desta forma destaca-se em primeiro lugar, no ano de 2000, Brasília, seguida por Boa Vista, Porto Velho, Macapá, João Pessoa, Manaus, Maceió, Teresina, etc.

A Figura 26 traz a distribuição espacial dos serviços sociais. Estas atividades, tal como a administração pública, têm bastante capilaridade, de forma que elas estão presentes na quase totalidade dos municípios. Contudo, estas atividades apresentam um alto grau de verticalidade, concentrando-se na região centro-sul, particularmente em contextos metropolitanos, o que denota, sobretudo, a diferença qualitativa destas atividades nos

diferentes contextos espaciais. Entre 1991 e 2000 não se observa grandes mudanças mantendo o supracitado padrão de concentração e sua restrição ao contexto metropolitano da região centro-sul e em menor medida em algumas metrópoles da região nordeste. Destacam-se os municípios de Porto Alegre, Belo Horizonte, Campinas, Ribeirão Preto, Brasília e Recife.

Por fim, a Figura 27 apresenta a distribuição espacial dos outros serviços sociais, coletivos e/ou de utilidade pública. Estes serviços que abrigam, principalmente, atividades associativas, tais como sindicatos, demonstram ser as mais concentradas dentre os serviços sociais, coletivos e/ou de utilidade pública, isso porque elas se relacionam diretamente a relações e organizações sociais, de forma que se concentram em contextos metropolitanos que são lócus por excelência das relações sociais e econômicas (PANIZZI, 1990). Destacam-se os municípios de Rio de Janeiro, Porto Alegre, São Paulo, Brasília, São José dos Campos, Curitiba e Belo Horizonte, além de outros municípios menores como Guarujá e Balneário Camburiú.

A distribuição das atividades terciárias, vista através das tipologias nos permite observar o grau de diferenciação destas atividades, bem como sua relação com a estruturação do território como um todo. Isto em um contexto em que o setor terciário se insere no cerne da reestruturação econômica contemporânea, não por ser o núcleo da economia, mas por dar base às articulações espaciais de fluxos, em uma sociedade estruturada crescentemente em redes, onde essas articulações fazem-se cada vez mais necessárias. O caso do Brasil não é diferente, observa-se, em paralelo ao desenvolvimento das metrópoles regionais brasileiras, um movimento em que está sendo formada uma rede terciária capaz de dar base à fluxos tais como de mercadorias, mão-de-obra, capital, informação. Isso se dá, particularmente nas metrópoles da região centro-sul, onde se concentram, em grande medida, as atividades terciárias de maior conteúdo técnico-científico, sobretudo aquelas ligadas à gestão do território, além de outras atividades que dêem base às mesmas.

O movimento de “implosão-explosão” descrito por Lefebvre (2002) toma forma de sistema, em um processo de separação trabalho intelectual x trabalho manual, em que centraliza-se as funções de planejamento, desenvolvimento e gestão, e dispersa-se as atividades produtivas de acordo com as vantagens comparativas, no contexto de diminuição gradativa dos custos de comunicação e transporte. Esse movimento fica claro no caso brasileiro, pela desconcentração das atividades ligadas à produção, porém com um nível de conteúdo técnico-científico baixo, caso dos serviços de reparo e manutenção, bem como de várias atividades ligadas ao provimento de um suporte territorial básico, em “explosão”. Por outro lado as atividades de maior grau de conteúdo técnico-científico, ligadas à gestão do território, demonstram um movimento de “implosão”, concentrando nas regiões metropolitanas, sobretudo as da região centro-sul.

Porém deve-se ter em vista que essa relação é “simbiótica”, à medida que o trabalho intelectual deve absorver crescentemente o trabalho manual, que se torna seu objeto de análise, dentro de uma economia do aprendizado, da “recalibragem” dos modelos. Aí reside uma possibilidade de ascensão, a universalização de certos serviços urbanos tais como educação e saúde, aliada a políticas de difusão tecnológica e maior mobilidade espacial, podem possibilitar a ascensão em estruturas sociais, pela inserção no processo inovativo, o que significa uma janela de oportunidade para países como o Brasil, possibilitando uma inserção hierarquicamente superior na rede urbana mundial, transcendendo a inserção via plataforma produtiva, típica de países em ambientes periféricos.

A formação de uma sociedade baseada no conhecimento e no processo inovativo, nos põe em uma encruzilhada, numa janela de oportunidade por um lado, que é a possibilidade de democratização do acesso ao conhecimento, e assim, o acesso ao mercado de trabalho em condições cada vez mais iguais, ou ao contrário, o “pior dos mundos”, a explosão da desigualdade pela falta de acesso ao conhecimento, e a manutenção dos círculos viciosos de pobreza, o que passa em grande medida, por política de educação e outras políticas industriais que possibilitem a inserção nesses meios, como incubadoras, dentre outras iniciativas. Essas observações valem especialmente para países tais como o Brasil, onde essa situação se torna crítica.

Nesse contexto tornam-se particularmente importantes iniciativas de qualificação de mão-de-obra, especialmente iniciativas ligadas à chamada “inclusão digital”. Essas iniciativas são essenciais à consolidação de ambientes inovativos, bem como a consolidação de uma estruturação metropolitana, que seja capaz de articular os ambientes locais e globais de forma orgânica.

Assim, as diversas mudanças na estruturação territorial das atividades econômicas observadas nos últimos anos, estão intimamente relacionadas a atividades terciárias. Elas induzem e são induzidas, condicionam e são condicionadas por tal estruturação, o que por si, justifica a pesquisa das relações e do caráter dessas atividades, no novo contexto da sociedades urbano-industriais, conforme buscou-se esclarecer especialmente para o caso brasileiro. O crescimento do setor terciário reflete em grande medida a própria reestruturação da relação capital-trabalho, tendo assim impactos

importantes sobre a estrutura do mercado de trabalho, o que o torna mais seletivo, sobretudo com relação ao nível de qualificação. Esta seletividade condiciona a divisão espacial do trabalho, definindo em grande medida as funcionalidades específicas de cada região do território em sua inserção local-global.

Não só o mercado de trabalho fica mais seletivo, como a própria distribuição espacial dos fluxos se torna mais seletiva. Com isso observa-se o movimento de esvaziamento de regiões altamente dinâmicas, sobretudo do ponto de vista do terciário, para regiões de menor dinâmica, se comparada com as regiões centrais, porém com crescimento de atividades absorvedoras de mão-de-obra de baixa qualificação, ou parcialmente qualificada.

Atividades com maior conteúdo técnico-científico, de maior seletividade do ponto de vista de qualificação, tendem a se localizar em regiões de maior centralidade, no caso brasileiro, principalmente nas metrópoles da região centro-sul. Este é o caso de atividades como serviços financeiros, serviços de P&D, serviços de informática, assessoria e consultoria, e serviços de comunicação.

Outras atividades, porém, de menor conteúdo técnico-científico, ligadas à funções urbanas rotineiras espalham-se pelo território, representando a própria expansão da rede urbana como um todo, a generalização da cultura urbano-industrial. Junto com estas atividades, componentes de maior capilaridade do sistema logístico, como comércio e sistema de transportes, dispersam-se pelo território refletindo a integração do território e de seus fluxos. Existem ainda algumas atividades ligadas ao suporte mais direto às atividades produtivas, que se generalizam pelo território, caso dos serviços de reparo e manutenção.

Vale destacar, dentre os resultados da pesquisa, o reforço da concentração das atividades ligadas aos serviços sociais nas metrópoles brasileiras, sobretudo nas capitais estaduais, denotando um fortalecimento das esferas federais e estaduais, especialmente do ponto de vista qualitativo, esferas estas mais concentradas nestas capitais. Apesar deste movimento de concentração, estas atividades demonstram estar presentes, se não em todas, em grande parte dos municípios brasileiros, sendo que a administração pública tem grande importância, especialmente para os municípios menores.

Dessa forma este trabalho caracterizou a estruturação das atividades terciárias no território brasileiro, que como se pôde perceber no decorrer do presente trabalho, têm sua distribuição funcionalmente relacionada à estruturação do território como um todo. Assim, fica clara a necessidade de se aprofundar no entendimento do setor terciário, buscando entender sua distribuição espacial segundo suas funcionalidade, bem como sua relação com dinâmicas ocupacionais, que busquem esclarecer essa reestruturação da relação capital trabalho e suas relações com uma nova divisão internacional do trabalho, bem como novas inserções ocupacionais que se desenvolvem nesse contexto. O caso brasileiro mostrou-se especialmente esclarecedor dessas dinâmicas territoriais intimamente ligadas às atividades terciárias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Mônica Viegas. **Sector de Serviços no Brasil: A dualidade revisitada (1981-1990)**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1994 (Dissertação de Mestrado).

BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização: na aurora do século XXI**. São Paulo, 1996.

BROWNING, H. C.; SINGELMAN, J. The transformation of the US labour force: the interaction of industry and occupation. **Politics and Society**, v.8, n 3-4, p. 481-509, 1978;

CARDOSO, Maria F.T.C.; AZEVEDO, Lília M.P. de. Rede de Localidades Centrais: uma tipologia aplicada ao Brasil. Rio de Janeiro: IBGE. **Revista Brasileira de Geografia**, v.44, n.4, 1982.

CERQUEIRA, Hugo E. A. da Gama; SIMÕES, Rodrigo. **Modernização e Diferenciação econômica em Belo Horizonte**. Belo Horizonte, 1997.

CHRISTALLER, W. **Central places in southern Germany**, Jena: Fisher, 1933;

CLARCK, C. Les conditions du progress economic. **Presses Universitaires de France**, Paris: 1960;

COHEN, S.; ZYSMAN, J. **Manufacturing matters: the myth of the post-industrial economy**, New York: Basic Books, 1987;

CORRÊA, Roberto L. Corporação, práticas espaciais e gestão do território. Rio de Janeiro: IBGE. **Revista Brasileira de Geografia**, v54, n. 3, 1992.

CROCCO, Marco Aurélio; GALINARI, Rangel; SANTOS, Fabiana; LEMOS, Mauro Borges; SIMÕES, Rodrigo. **Metodologia de identificação de arranjos produtivos locais potenciais**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2003. (Texto para discussão) Disponível on line: <http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td.html>.

DINIZ, Clélio Campolina et al; Diretrizes para o Desenvolvimento Econômico de Belo Horizonte. In: **Plano Diretor de Belo Horizonte**. Belo Horizonte, 1995.

DINIZ, Clélio Campolina; Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização. **Nova Economia**, v3, pp 35-64, 1993.

DINIZ, Clélio Campolina; **Global-local: Interdependências e Desigualdade ou Notas para uma Política Tecnológica e Industrial Regionalizada no Brasil**. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 2000. (Estudos Temáticos).

DINIZ, Clélio Campolina; **Globalização, Escalas Territoriais e Política Tecnológica regionalizada no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2001. (Texto para discussão) Disponível on line: <http://www.cedeplar.ufmg.br>.

DINIZ, Luís H. Freitas; **A distribuição espacial do setor terciário do município de Belo Horizonte – 2002**. Belo Horizonte: UFMG/FACE, 2004 (Monografia).

DOMINGUES, Edson P.; RUIZ, Ricardo M.; MORO, Sueli; LEMOS, Mauro B. Organização territorial dos serviços no Brasil: polarização com frágil dispersão. In: DE NEGRI, João A.; KUBOTA, Luis C.; **Estrutura e dinâmica do setor de serviços no Brasil**. IPEA, Brasília: 2006.

DREIFUSS, René Armand; **Transformações: matrizes do século XXI – 2004**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004.

EGLER, Cláudio G.; Crise e dinâmica das estruturas produtivas regionais no Brasil. In: CASTRO, Iná E. *et alli* (orgs) **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, p 185-220, 2002.

FERREIRA, M. S. Rede de cidades em Minas Gerais a partir da realocação da indústria paulista. **Nova Economia**. Belo Horizonte, Edição Especial, 1996.

FISHER, A.G.B.. A note on tertiary production. **The Economic Journal**, 1952;

FLORIDA, Richard. Toward learning regions. **Futures**. Vol 27, N°5, pp. 527-536. Great Britain: Elsevier Science Ltd, 1995.

FLORIDA, Richard. **Cities and Creative Class**. Routledge, 2005.

GERSHUNY, J; MILES, I. **The new service economy**. London: Frances Printer, 1988.

GORZ, André; **Los caminos del paraíso**. Barcelona: Laia, 1983.

HABERMAS, Jürgen; **Racionalidade e Comunicação**. Lisboa: Edições 70, 1996.

HAIG, R.M. Toward an understanding of the metropolis. I. Some speculations regarding the economic basis of urban concentration. **Quarterly Journal of Economics** 40, 179-208, 1926.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HILL, T. P.. On goods and services. **The Review of Income and Wealth**, Series 23, p.315-339, 1977.

IANNI, O. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

KON, A. Atividades terciárias: induzidas ou indutoras do desenvolvimento econômico?. In: FERRAZ, J.C.; CROCCO, M. A. ; ELIAS, L. A. (Ed). **Liberalização econômica e desenvolvimento: modelos, políticas e restrições**, São Paulo: Futura, p. 180-202, 2003;

LEFEBVRE, Henri; **A revolução Urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

LEMOS, Maurício Borges; **Espaço e capital**: Um estudo sobre a dinâmica centro x periferia. Campinas: UNICAMP/IE, 1988 (Tese de Doutorado).

LÖSCH, A. **The economics of locations**. New Haven: Yale University, 1954.

MACEDO, P. B. R. & SIMÕES, R. Amenidades urbanas e correlação espacial: uma análise intra-urbana para BH/MG. **Revista Brasileira de Economia**. 52(4): 525-541, 1998.

MATOS, Ralfó E.; Das grandes divisões do Brasil à idéia do urbano em rede tripartite. In: Matos, Ralfó E. (org). **Espacialidades em rede: população, urbanização e migração no Brasil contemporâneo**. Belo Horizonte: C/Arte, 2005.

MATTOS, Carlos A. de; *Redes Nodos e Cidades: transformação da metrópole latino-americana*. In: RIBEIRO, Luiz C. Q. (org). **Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito**. FASE, Perseu Abramo, observatório das Metrópoles. São Paulo e Rio de Janeiro, 2004.

NIETZSCHE, Friedrich. **Humano, demasiado humano: um livro para espíritos livres** [1886]. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

NORTH, D.C. Teoria da localização e crescimento econômico regional. In: SCHWARTZMAN, J. (org.). **Economia regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977. P.291-314.

NOYELLE, T. J.. The rise of advanced services – some implications for economic development in U.S. cities. **APA Journal**, 1983;

PANIZZI, W. M.. Na urbanização brasileira, ainda o predomínio da metrópole. In: RIBEIRO, A. C. T.; MACHADO, D. P. (Org). **Metropolização e rede urbana: perspectivas dos anos 90**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, p. 46-53, 1990.

RODRIGUES, Rejane C. A.. **As redes logísticas e o novo papel dos portos na economia global**. *Mimeo*, (artigo selecionado para publicação no periódico “Geografias”, do Instituto de Geociências – IGC, com previsão de publicação ainda em 2007)

RICHARDSON, H. W. **Economia Regional, Teoria da Localização, Estrutura Urbana e Crescimento Regional**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

SANTOS, Milton; **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SASSEN, S. **The global city**. Paper prepared for presentation at the conference on cities and space to be held in Belo Horizonte, august, 1991.

SASSEN, Saskia; **Ciudades en la economia global: enfoques teoricos y metodologicos**. EURE (Santiago), 1998, VOL 24, N. 71.

SIMÕES, Rodrigo; HERMETO, Ana Maria; AMARAL, Pedro; DINIZ, Luís Henrique F.; *Serviços e a Rede Metropolitana*. In: Lemos, M. et al. **Projeto BH do século XXI**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2004. Disponível on line: <http://www.cedeplar.ufmg.br>

SIMÕES, Rodrigo. **Métodos de análise regional e urbana:** diagnóstico aplicado ao planejamento. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2005 (Texto para discussão). Disponível on line: <http://www.cedeplar.ufmg.br>

STORPER, Michael. Territorialização numa Economia Global: possibilidades de desenvolvimento tecnológico, comercial e regional em economias subdesenvolvidas. In: Lavinas, L.; Carleial, L. e Nabuco, M.R. (org). **Integração, região e regionalismo.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

STORPER, M.. Regional economies as relational assets. In: LEE, R.; WILLS, J. (Ed) **Geographies of economies**, London: Arnold, 1997.

STORPER, Michael; VENABLES, Anthony J. O Burburinho: a força econômica da cidade. In: DINIZ, Clélio Campolina; Lemos, Mauro Borges. **Economia e Território.** Belo Horizonte: UFMG, 2005.

Von THÜNEN, J. H. **The isolated state [1826].** Oxford: Pergamon Press, 1966;